

**cadernos
d. quixote**

serie

S.A.

MARIA LAMAS * VALERIE SOLANAS
BETTY FRIEDAN * KATE MILLETT



Tombo: 20948



SBD-FFLCH-USP
BIBLIOTECA DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS SOCIAIS

**MULHERES
CONTRA HOMENS ?**

301.412
M956

F20948

S.A.
MULHERES CONTRA HOMENS?

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE

INDICE

<i>Habitada numa longa caminhada</i> por Maria Salo e Kathy McAfee	9
<i>Para uma economia política da libertação das mulheres</i> por Margaret Benston	35
<i>A casa e a classe — chave para compreender a opressão das mulheres</i> por Roxanne Dunbar	53
<i>O Manifesto «S. C. U. M.»</i> por Valerie Solanas	61
<i>O direito de liquidar os homens</i> entrevista de Romano Giacchetti a Maurice Girodias	67
<i>«Crève-coeurs» americano</i> por Ingrid Carlander	77
<i>Até onde irá a emancipação feminina?</i> por Jean-Michel Castel	107
<i>A promoção da mulher e a protecção da criança</i> por Maria Lamas	123
<i>Uma nova mulher</i> por Betty Friedan	143
<i>Uma política sexual</i> por Kate Millett	149

para recusar o masculino. No entanto, creio que as coisas estão em marcha; para que elas vão ao fim serão necessárias profundas transformações sociais, do mesmo modo que será necessário em questão numerosas ideias feitas, das quais a sociedade em que vivemos não se libertou

(Intervenção num debate organizado pela secção da Faculdade de Sociologia da Universidade de Berkeley, E. U. A.), no Hillcrest, em Março de 1969)

Tradução de
António Pescada

UMA POLÍTICA SEXUAL

por Kate Millett

Difícilmente se pode afirmar que o coito se realiza no vazio; embora em si mesmo pareça uma actividade biológica e física, está tão profundamente enraizado no contexto mais amplo das actividades humanas que funciona como um microcosmo riquíssimo da variedade de atitudes e valores que a cultura subscrive. Entre outras coisas, pode servir como modelo de política sexual num plano individual ou pessoal. Mas, sem dúvida, a transição de cenas tão íntimas para um contexto mais vasto de referência política é realmente um grande passo. Ao introduzir o termo «política sexual» devemos responder previamente à questão inevitável: «Será possível considerar a relação entre os sexos numa perspectiva política?» A resposta depende do conceito de política que se utiliza (1). Este ensaio não define o universo polí-

(1) A quarta definição do *American Heritage Dictionary* é extremamente aproximativa: «Métodos ou tácticas implicados na gestão de um Estado ou de um governo.» *American Heritage Dictionary*, American Heritage and Houghton Mifflin, Nova Iorque, 1969. Podia desenvol-

tico como aquele mundo relativamente limitado e exclusivo de reuniões, presidentes e participantes. O termo «política» referir-se-á às relações estruturadas pelo Poder, às medidas pelas quais um grupo de pessoas é controlado por outro. A política parênteses podíamos acrescentar que, embora a política ideal pudesse ser simplesmente concebida como a organização da vida humana com base em princípios agradáveis e racionais donde é banida toda a noção de poder sobre os outros, temos de confessar que não é isto que constitui a política tal como a conhecemos e é esta realidade que temos de ter em consideração.

O presente ensaio, que podia ser definido como «subsídios para uma teoria do sistema patriarcal» tentará provar que o sexo é uma categoria com estatuto próprio e com implicações políticas. Tratando-se de um trabalho de pioneiro, não necessariamente experimental e imperfeito. Como a intenção é apresentar uma descrição completa, as afirmações serão generalizadas, as excepções negligenciadas e os subtítulos serão parcialmente coincidentes na matéria versada e, em certa medida, arbitrários.

A palavra «política» é escolhida, neste caso, para falar dos sexos, em primeiro lugar porque uma tal palavra é eminentemente útil no esboço da natureza real dos seus estatutos relativos, histórica e actualmente. É oportuno, e talvez mesmo hoje indispensável, que desenvolvamos uma psico-

ver-se esta noção como um conjunto de estratégias destinadas a manter um sistema. Se se entender o sistema patriarcal como uma instituição perpetuada por técnicas de *contrôle* desta natureza, teremos obtido uma definição eficaz de como a política é concebida neste ensaio.

política é uma filosofia mais pertinentes das relações de poder, para além da simples estrutura conceptual fornecida pela nossa política formal tradicional. A verdade, pode ser urgente que prestemos a certa atenção à definição de uma teoria da política que trate das relações de poder em bases mais convencionais do que aquelas a que estamos habituados (1). Por consequência, julguei pertinente analisá-las com base no contacto e interacção pessoais entre membros de grupos coerentes e bem definidos: raças, castas, classes e sexos. É preciso lembrar porque certos grupos não têm qualquer apresentação num certo número de estruturas políticas reconhecidas que a sua posição tende a ser tão estável e a sua opressão tão contínua.

Na América, certos acontecimentos recentes lembraram-nos finalmente a reconhecer que a relação entre as raças é efectivamente uma relação política que implica o *contrôle* geral de uma colectividade, definida pela sua origem, sobre grupos que governam por direito de nascimento em vias de desaparecer rapidamente, contudo mantém-se ainda um esquema antigo e universal para o domínio exercido por um grupo, definido pelo nascimento, sobre outro — o esquema que predomina no campo do sexo. O estudo do racismo convenceu-nos de que um estado de coisas verdadeiramente político actua entre as raças no sentido

(1) Estou neste ponto extremamente grata à obra *The Psychology of Power*, de Ronald V. Samson, Random House, Nova Iorque, 1968, pela sua inteligente investigação da conexão existente entre as estruturas formais do poder e a família e pela sua análise da forma como o poder corrompe as relações humanas básicas.

de perpetuar uma série de circunstâncias opressoras. O grupo subordinado tem uma compensação adequada através das instituições políticas existentes, o que o desencoraja de se organizar numa oposição políticas convencionais.

De uma forma semelhante, um exame detalhado do nosso sistema de relação sexual assinala que a situação entre os sexos, agora e historicamente, é um exemplo desse fenómeno. Max Weber definiu como *herrschaft*, uma relação de domínio e dependência (1). O que continua a grande parte por examinar, e muitas vezes mesmo por reconhecer (ainda que esteja institucionalizado) na nossa ordem social, é a prioridade por direito de nascimento segundo a qual os machos governam as fêmeas. Através deste sistema foi conseguida a forma mais engenhosa de «colonização interior». Aliás, é uma forma que tende a ser mais vigorosa que qualquer de segregação, e mais rigorosa que a estratificação de classes, mais uniforme e certa

(1) «O domínio, no sentido generalizado de poder, isto é, a possibilidade de impor a vontade de alguém um comportamento de outras pessoas, pode manifestar-se de formas mais diversas.» Nesta passagem central de *Wirtschaft und Gesellschaft*, Weber está particularmente interessado em duas destas formas: *contrôle* através da autoridade social («patriarcal, ditatorial ou real») e *contrôle* através da força económica. No sistema patriarcal, tal como noutras formas de domínio, «esse *contrôle* sobre os bens económicos, isto é, o poder económico, é uma consequência frequente e muitas vezes expressamente desejada do domínio assim como um dos seus mais importantes instrumentos.» Citado da tradução de Max Rheinstein e Edward Shil de partes de *Wirtschaft und Gesellschaft*, tradução intitulada *Max Weber on Law in Economy and Society*, Simon and Schuster, Nova Iorque, 1967, pp. 323-324.

mais permanente. Por muito discreto que possa ser o seu aspecto actual, a autoridade sexual prevalece, no entanto, como a ideologia talvez mais penetrante da nossa cultura, fornecendo-lhe o seu conceito de poder mais fundamental.

É isto acontece porque a nossa sociedade, como todas as outras civilizações históricas, é um sistema patriarcal (1). Este facto torna-se imediatamente evidente se nos lembrarmos de que o exército, a indústria, a tecnologia, as universidades, a ciência, os cargos políticos e a finança — em suma, todas as vias de acesso ao poder dentro da sociedade, incluindo a força coerciva da Polícia, estão intrinsecamente nas mãos dos homens. Visto que a essência da política é o poder, esta realização não pode deixar de ter um certo impacto. O que subsiste da autoridade sobrenatural, a Divindade, o «Seu» ministério, juntamente com a ética e os valores, a filosofia e a arte da nossa cultura — a sua própria civilização —, como observou uma vez T. S. Eliot, é de manufactura masculina.

Se considerarmos que o governo patriarcal é a instituição pela qual aquela metade da população que é feminina é controlada pela outra metade que é masculina, os princípios do sistema patriarcal parecem ser duplos: os machos devem dominar as fêmeas, os machos mais velhos devem dominar os

(1) Presentemente não se conhece a existência de quaisquer sociedades matriarcais. A descendência em linha directa materna, que pode ser, como têm sustentado alguns antropólogos, um resíduo ou uma fase de transição do matriarcado, não constitui uma excepção à regra patriarcal, simplesmente canaliza o poder detido pelos homens através da descendência feminina — por exemplo, o avunculado.

mais jovens. Contudo, tal como aconteceu com a
quer instituição humana, há com frequência
distância entre o real e o ideal; as contradições
excepções existem realmente adentro do sistema.
Ainda que o sistema patriarcal enquanto instituição
seja uma constante social tão profundamente enraizada
cada que domina todas as outras formas políticas
sociais ou económicas, sejam elas de casta, de
classe, feudalismo ou burocracia, tal como se apresenta
tra em todas as religiões principais, apresenta
entanto uma grande diversidade no espaço e no
tempo. Nas democracias (1), por exemplo, as
mulheres não exerceram frequentemente quaisquer
funções ou fazem-no (como agora) em percentagens
tão diminutas que estão abaixo mesmo de uma
representação simbólica. A aristocracia, por outro
lado, atendendo às propriedades mágicas e divinas
cas do sangue, pode por vezes permitir que as
mulheres detenham o poder. O princípio do
governo pelos machos mais velhos é violado até um
mais frequência. Tendo em atenção a variação de
grau no sistema patriarcal — como, por exemplo,
entre a Arábia Saudita e a Suécia, a Indonésia e a
China Comunista —, também reconhecemos que a
nossa própria forma nos Estados Unidos e na
Europa foi muito alterada e atenuada pelas referen-
mas descritas no capítulo seguinte.

(1) A democracia radical excluiria, sem dúvida, o sistema patriarcal. Podíamos encontrar a prova de uma satisfação geral com uma democracia menos que perfeita no facto de as mulheres terem tão raramente detido o poder dentro das modernas «democracias».

Aspecto Ideológico

Hannah Arendt (1) observou que o governo é
tido pelo poder, quer apoiado pelo assenti-
mento quer imposto pela violência. O condiciona-
mento a uma ideologia equivale naturalmente à
sua forma. A política sexual obtém a sua
definição através da «socialização» de ambos os
sexos nas formas básicas de governo patriarcal re-
lativas ao temperamento, função e estatuto. Quanto
ao estatuto, uma aceitação generalizada do precon-
cebido da superioridade masculina garante um esta-
tuto superior no macho, inferior na fêmea. O pri-
meiro item, temperamento, implica a formação da
personalidade humana segundo traços estereotipa-
dos de categoria sexual («masculino» e «feminino»),
baseada nas necessidades e valores do grupo domi-
nante e ditada pelo que os seus membros amam em
si próprios e acham conveniente nos seus subordi-
nados: agressão, inteligência, força e eficácia no
macho; passividade, ignorância, docilidade, «vir-
tude» e ineficácia na fêmea. Este aspecto tem como
complemento um segundo factor, a função do sexo,
que decreta para cada sexo um código de conduta,
comportamentos físicos e atitudes altamente elabo-
rado e coerente. Em termos de actividade, a função
do sexo atribui à fêmea o serviço doméstico e a
assistência às crianças, e ao macho o resto das rea-
lizações humanas, o interesse e a ambição. O limi-
tado papel distribuído à mulher tende a fixá-la ao
nível da experiência biológica. Por conseguinte,

(1) Hannah Arendt — «Speculations on Violence». *The New York Review of Books*, vol. xii, n.º 4, 27 de Fevereiro de 1969, p. 24.

quase tudo o que pode ser descrito como actividade distintamente humana (à sua maneira, os animais também se reproduzem e prestam assistência às suas crias) é em grande parte reservada ao macho. Sem dúvida, de novo o estatuto decorre de tal atribuição de tarefas. Se fôssemos analisar as três categorias, poderíamos designar o estatuto como o componente político, a função como o componente sociológico, e o temperamento como o componente psicológico — ainda que a sua interdependência seja indiscutível e formem entre si uma cadeia. Aqueles a quem é concedido um estatuto superior tendem a adoptar as funções de *contrôle*, em grande parte porque são encorajados a desenvolver temperamentos de domínio. Que isto é verdade em relação às castas e às classes também é por si mesmo evidente.

2. Aspecto biológico

A religião patriarcal, a convicção popular e, em certa medida, também a ciência ⁽¹⁾ assumem que estas distinções psicossociais assentam em diferenças biológicas entre os sexos, de modo que quando se reconhece que a cultura condiciona o comportamento diz-se que apenas se limita a cooperar com a natureza. Contudo, as distinções temperamentais criadas pelo sistema patriarcal (tra-

⁽¹⁾ Faz-se aqui referência mais às ciências sociais que às físicas. Tradicionalmente, a medicina subscreveu com frequência este tipo de convicções. Isso já não se verifica actualmente, quando a melhor investigação médica tende para a conclusão de que os estereótipos sexuais não têm quaisquer bases na biologia.

ços de personalidade «masculinos» e «femininos») não parecem ter origem na natureza humana, e as de função e estatuto ainda menos.

A musculatura mais avantajada do macho, uma característica sexual secundária e comum entre os mamíferos, é biológica na sua origem mas é também culturalmente encorajada através da educação, do regime e do exercício. Contudo, dificilmente é uma categoria adequada que sirva de base a relações políticas *dentro da civilização* ⁽¹⁾. A supremacia do homem, tal como outros credos políticos, não reside finalmente na força física, mas na aceitação de um sistema de valores que não é biológico. A força física superior não é um factor nas relações políticas — vide as de raça e classe. A civilização sempre foi capaz de substituir a força física por outros métodos (técnica, armamento,

⁽¹⁾ «Os historiadores do direito romano, tendo assinado com muita justeza que nem o nascimento nem o afecto constituíam o fundamento da família romana, concluíram que este fundamento devia ser identificado com o poder do pai ou do marido. Fizeram uma espécie de instituição primordial deste poder; mas não explicam a forma como tal poder foi estabelecido, a menos que tenha sido pela superioridade da força do marido sobre a mulher, e do pai sobre os filhos. Actualmente, enganamo-nos tristemente a nós próprios quando colocamos a força na origem da lei. Veremos mais adiante que a autoridade do pai ou do marido, longe de ter sido a primeira causa, foi em si mesma um efeito; derivou da religião e foi estabelecida pela religião. A força física superior não foi por conseguinte o princípio que estabeleceu a família.» Fustel de Coulanges — *A Cidade Antiga*, 1864, tradução inglesa de Willard Small, 1873, Doubleday Anchor Reprint, pp. 41-42. Infelizmente, Fustel de Coulanges esquece-se de mencionar a forma como a religião veio a apoiar a autoridade patriarcal, visto que a religião patriarcal é também mais um efeito que uma causa original.

conhecimento) e a civilização contemporânea já não tem necessidade dela. No presente, como no passado, a utilização da força física é geralmente um factor de classe, sendo as inferiores que executam as tarefas mais árduas, sejam fortes ou não.

Afirma-se frequentemente que o sistema patriarcal é endémico na vida social humana, explicável ou mesmo inevitável com base na fisiologia humana. Uma tal teoria concede ao sistema patriarcal uma origem lógica e histórica. Contudo, se, como crêem alguns antropólogos, o sistema patriarcal não é de origem primordial, mas foi precedido por qualquer outra forma social a que chamaremos pré-patriarcal, então o argumento da força física enquanto teoria das origens patriarcais dificilmente poderia constituir uma explicação suficiente — a menos que a força física superior do macho se expandisse a par de alguma alteração na orientação através de novos valores ou novos conhecimentos. Qualquer conjectura sobre as origens é sempre frustrada por falta de provas certas. Toda a especulação sobre a pré-história, que obrigatoriamente é o que isto deve ser, não passa de especulação. Se seguíssemos a via especulativa, poderíamos debater a probabilidade de um período hipotético que tivesse precedido o sistema patriarcal⁽¹⁾. O que seria crucial para este tipo de premissa seria um

(1) Podíamos também avançar a reserva de que uma ordem social deste tipo não implica necessariamente o domínio de um sexo, tal como se poderia inferir do termo «matriarcado» pela sua analogia semântica com patriarcado. Dada a escala de vida mais simples e o facto de que os cultos da fertilidade centrados na fêmea podiam ser compensados pela força física masculina, o sistema pré-patriarcal podia ter sido absolutamente igualitário.

estado de espírito em que o princípio original fosse considerado como fertilidade ou processos vitais. Numa condição primitiva, antes que a civilização se desenvolvesse ou não passasse da técnica mais rudimentar, a humanidade talvez tivesse descoberto a prova mais impressionante da força criadora no nascimento das crianças, acontecimento algo miraculoso e ligado analógicamente ao crescimento da vegetação terrestre.

É possível que a circunstância que tenha conseguido drásticamente dirigir noutro sentido este tipo de atitudes fosse a descoberta da paternidade. Há algumas provas de que os cultos da fertilidade nas sociedades antigas sofreram a certa altura uma viragem no sentido do sistema patriarcal, destituindo e degradando a função da fêmea na procriação e atribuindo o poder vital exclusivamente ao falo. A região patriarcal teria podido consolidar esta posição pela criação de um deus ou deuses masculinos, relegando para uma esfera inferior, desacreditando ou eliminando as deusas e construindo uma teologia cujos postulados básicos relevam da supremacia masculina, sendo uma das suas funções centrais apoiar e validar a estrutura patriarcal⁽²⁾.

(2) Parece ter ocorrido um fenómeno desta natureza quando a cultura das aldeias agrícolas do neolítico deu lugar à cultura da civilização e ao sistema patriarcal com o desenvolvimento das cidades. Ver Louis Mumford — *The City in History*, Harcourt, Brace, Nova Iorque, 1961, cap. 1. Uma descoberta como foi a da paternidade, aquisição fundamental do conhecimento «científico», podia hipoteticamente ter levado a uma expansão da população, a um aumento de trabalho e a uma estratificação das classes. Há boas razões para supor que a transformação da caça em guerra também desempenhou um papel importante.

Paremos com os prazeres gratuitos proporcionados pelo jogo das origens. A questão das origens históricas do sistema patriarcal — se o sistema patriarcal teve a sua origem primordialmente na força superior do macho, se numa mobilização posterior da mesma força sob certas circunstâncias — parece, de momento, não ser susceptível de esclarecimento. É também provavelmente despropositado em relação ao sistema patriarcal contemporâneo em que temos de enfrentar as realidades da política sexual, baseadas ainda, e disso temos frequentemente a prova, na natureza. Infelizmente, como as distinções psicossociais feitas entre os dois grupos sexuais, destinadas a justificar a sua presente relação política, não são as distinções claras, específicas, mensuráveis e neutras das ciências físicas, mas apresentam, pelo contrário, um carácter inteiramente diferente — vagas, amorfas, frequentemente mesmo quase religiosas na sua formulação —, de modo a admitir-se que muitas das distinções geralmente entendidas entre os sexos nas áreas mais significativas da função e do temperamento, para não mencionar o estatuto, têm de facto bases mais essencialmente culturais que biológicas. As tentativas destinadas a provar que o domínio temperamental é inerente ao macho (o que, para os seus defensores, equivaleria a validar, lógica e historicamente, a situação patriarcal relativa à função e ao estatuto) têm sido notavelmente mal sucedidas. As investigações neste domínio estão em desesperado desacordo sobre a natureza das diferenças sexuais, mas as mais sensatas dentre elas desistiram da ambição de estabelecer qualquer equação definida entre temperamento e natureza biológica. Parece que não é tão cedo que seremos esclarecidos quanto à existência de quaisquer diferenças inerentes significati-

vas entre o macho e a fêmea para além das biogénicas que já conhecemos. A endocrinologia e a genética não provam de uma forma definida a existência de diferenças mentais-emocionais determinantes⁽¹⁾.

Não só a tese de que as distinções sociais actuais do sistema patriarcal (estatuto, função, temperamento) são físicas na origem está insuficientemente provada como dificilmente nos encontramos em posição de avaliar as diferenciações existentes, visto as distinções que nós sabemos serem culturalmente produzidas no presente tanto as excederem em importância. Sejam quais forem as diferenças «reais» existentes entre os sexos, não vamos provavelmente conhecê-las enquanto os sexos não forem tratados de maneira diferente, isto é, da mesma maneira. O que presentemente está muito longe de ser o caso. Uma nova e importante investigação não só sugere que as possibilidades de diferenças temperamentais inatas parecem mais remotas do que nunca como levanta mesmo questões quanto à validade e permanência da identidade psicosexual. Nesta perspectiva fornece uma prova bastante concreta e positiva do carácter esmagadoramente *cultural* de género, isto é, estrutura da personalidade em termos de categoria sexual.

(1) Até este momento não foi avançada qualquer prova convincente neste domínio. As experiências relativas à conexão entre hormonas e comportamento animal não só produzem resultados altamente ambivalentes como comportam os riscos de um raciocínio por analogia com o comportamento humano. Para um resumo dos argumentos ver David C. Glass — *Biology and Behavior*, Rockefeller University and the Russel Sage Foundation, Nova Iorque, 1968.

O que Stoller e outros especialistas definem como «identidade básica de género» pensa-se agora que se fixa nas crianças por volta da idade de 18 meses. Eis como Stoller estabelece a diferença entre sexo e género:

«Os dicionários acentuam que o significado principal de *sexo* é um significado biológico, como, por exemplo, nas expressões *relações sexuais* ou *o sexo masculino*. Em conformidade, a palavra *sexo*, neste trabalho, referir-se-á ao sexo masculino ou feminino e às partes biológicas componentes que determinam se um indivíduo é macho ou fêmea; a palavra *sexual* terá significados relativos à anatomia e à fisiologia. Isto exclui obviamente áreas imensas de comportamento, sentimentos, pensamentos e imaginação que estão relacionadas com os sexos e que contudo não têm significados essencialmente biológicos. É em referência a alguns destes fenómenos psicológicos que o termo *género* será utilizado: podemos falar de sexo masculino ou de sexo feminino, mas podemos também falar de masculinidade e feminilidade sem necessariamente implicar seja o que for relativo a anatomia ou fisiologia. Assim, ainda que *sexo* e *género* pareçam ao senso comum inextricavelmente ligados, uma das finalidades deste estudo será confirmar o facto de que os dois aspectos (sexo e género) não estão inevitavelmente ligados e que cada um pode existir de formas bastante independentes.»⁽¹⁾

Em casos de formação genital deficiente e consequente atribuição errada de género na altura do nascimento, estudados no Centro de Identidade de

⁽¹⁾ Robert J. Stoller — *Sex and Gender*, Science House, Nova Iorque, 1968, prefácio, pp. VIII-IX.

Género da Califórnia, descobriu-se que é mais fácil mudar o sexo de um adolescente macho, cuja identidade biológica acontece ser contrária ao género que lhe foi atribuído, e condicioná-lo — através da cirurgia —, do que destruir as consequências educacionais de anos, que conseguiram tornar o indivíduo temperamentalmente feminino no comportamento físico, sentido do eu, personalidade e interesses. Estudos efectuados na Califórnia sob a direcção de Stoller provam que a identidade de género (eu sou uma rapariga, eu sou um rapaz) é a identidade primária que qualquer ser humano possui — a primeira, a mais permanente e de maior alcance. Stoller acentua posteriormente a distinção de que o sexo é biológico, o género psicológico e por consequência cultural:

«*Género* é um termo que tem significados muito mais psicológicos ou culturais do que biológicos. Se os termos adequados para sexo são «macho» e «fêmea», os termos correspondentes para género são «masculino» e «feminino»; estes últimos podem ser bastante independentes do sexo (biológico).»⁽¹⁾ Na verdade, o género é de tal modo arbitrário que pode mesmo ser contrário à fisiologia: «...embora os órgãos genitais externos (pénis, testículos, escroto) contribuam para o sentido da masculinidade, nenhum deles lhe é essencial, nem mesmo todos eles juntos. Na ausência de provas completas, concordo em geral com Money e os Hampsons, que mostram na sua grande série de pacientes intersexuados que o papel do género é determinado por forças pós-natais, independente-

⁽¹⁾ Stoller — *Op. cit.*, p. 9.

mente da anatomia e da fisiologia dos órgãos genitais externos.»⁽¹⁾

Pensa-se actualmente⁽²⁾ que o feto humano na sua forma original fisicamente fêmea até que a operação de androgenes numa certa fase da gestação dê origem a que todos aqueles com y cromossomas se desenvolvam em machos. Psicosssexualmente (isto é, em termos de masculino e feminino, e não tem termos de macho e fêmea) não há qualquer diferenciação entre os sexos na altura do nascimento.

A personalidade psicosssexual é por conseguinte pós-natal e resulta da aprendizagem.

«...a condição existente no momento do nascimento e durante vários meses depois é uma condição de indiferenciação psicosssexual. Tal como no embrião a diferenciação morfológica sexual passa de uma fase maleável para uma fase de fixação imutável, assim a diferenciação psicosssexual torna fixa e imutável — de tal maneira que a humanidade assevera tradicionalmente que um sentimento tão forte e enraizado como a identidade sexual pessoal deve decorrer de algo de inato, instintivo e não sujeito à experiência e aprendizagem pós-natais. O erro desta hipótese tradicional é que o poder e a permanência do resultado da aprendizagem têm sido subestimados. As experiências da

(1) Stoller — *Op. cit.*, p. 48.

(2) Ver Mary Jane Sherfey — «The Evolution and Nature of Female Sexuality in Relation to Psychoanalytic Theory», *Journal of the American Psychoanalytic Association*, vol. 14, Janeiro de 1966, n.º 1, International Universities Press Inc., Nova Iorque; e John Money — «Psychosexual Differentiation», in *Sex Research, New Developments*, Holt, Nova Iorque, 1965.

etologia animal sobre as impressões sensoriais corrigiram agora esta falsa ideia.»⁽¹⁾

John Money, acima citado, pensa que «a aquisição de uma língua materna é um correlativo humano do registo das impressões sensoriais», e o género estabeleceu-se em primeiro lugar «com a aquisição de uma língua materna»⁽²⁾. Este facto situaria o tempo dessa fixação por volta dos 18 meses. Os estudos de Jerome Kagin⁽³⁾ sobre a forma como se trata, aborda, brinca e fala, em termos de identidade sexual, com as crianças que ainda não falam («Isto é um rapaz ou uma rapariga?», «Olá, pequerrucho», «Não é linda?», etc.) sublinham consideravelmente a aprendizagem puramente táctil, que estaria muito relacionada com o sentido que a criança tem do seu «eu», mesmo antes da fala.

Devido às nossas circunstâncias sociais, o macho e a fêmea são realmente duas culturas e as suas experiências de vida são absolutamente diferentes — isto é crucial. Em todo o desenvolvimento da identidade de género que se realiza através da infância está implícita a soma total das noções dos pais, dos companheiros e da cultura sobre o que é apropriado para cada género no que respeita a temperamento, carácter, interesses, estatuto, valor, comportamento físico e expressão. Cada momento da vida da criança é uma indicação de como ele,

(1) Money — *Op. cit.*, p. 12.

(2) *Idem*, p. 13.

(3) Jerome Kagin — «The Acquisition and Significance of Sex-Typing», in *Review of Child Development Research*, ed. M. Hoffman, Russell Sage Foundation, Nova Iorque, 1964.

ou ela, deve pensar e comportar-se para atingir ou satisfazer as exigências que o género determina em cada um. Na adolescência, a impiedosa tarefa de conformação a um modelo atinge proporções de crise, geralmente apaziguando-se e assentando na maturidade.

Visto que os fundamentos biológicos do sistema patriarcal parecem ser tão inseguros, temos boas razões para admirar a força de uma «socialização» que pode continuar a ser uma condição universal «baseada apenas na crença», ou exclusivamente através de um sistema de valores adquirido. O que parece realmente decisivo para assegurar a manutenção das diferenças temperamentais entre os sexos é o condicionamento da primeira infância. Esse condicionamento desenvolve-se num círculo profético de autopetuação e auto-satisfação. Para dar um exemplo simples: as esperanças que a cultura acalenta acerca da sua identidade de género encorajam o jovem macho a desenvolver os impulsos agressivos, e a fêmea a contrariar os seus ou a recalá-los. O resultado é que o macho tende a ter uma agressividade reforçada no seu comportamento, muitas vezes com significativas possibilidades anti-sociais. A este respeito, a cultura permite a crença de que a posse dos sinais externos do macho — os testículos, o pénis e o escroto, caracteriza em si mesma o impulso agressivo e celebra mesmo vulgarmente tal facto com elogios do género «um tipo com tomates». O mesmo processo de reforço é evidente ao criar a capital virtude «feminina» da passividade.

Na terminologia contemporânea, a divisão básica dos traços temperamentais é estabelecida ao longo da seguinte linha: «a agressão é masculina» e «a passividade é feminina». Todos os outros tra-

ços temperamentais são, de uma maneira ou doutra — muitas vezes com o mais hábil engenho —, alinhados em correspondência. Se a agressividade é o traço da classe dominante, a docilidade deve ser o traço correspondente de um grupo dominado. A esperança habitual desta linha de pensamento é que, por algum impossível acaso marginal, se pudesse ainda depender da «natureza» para racionalizar o sistema patriarcal. Uma consideração importante a recordar é que no sistema patriarcal a função normativa é delegada no macho sem qualquer reflexão — se não fosse assim, podíamos plausivelmente falar do comportamento «feminino» como activo, e do comportamento «masculino» como hiperactivo ou hiperagressivo.

Podíamos acrescentar ainda que os dados das ciências físicas foram recentemente mobilizados de novo para apoiar argumentos sociológicos, tais como os de Lionel Tiger (1), que procura uma justificação genética do sistema patriarcal propondo a existência de um «instinto de domínio» nos machos, o que assegura o seu *contrôle* político e social da sociedade humana. Podemos ver as implicações de uma teoria desta natureza pela aplicação da sua premissa a qualquer grupo dominante. A tese de Tiger parece ser uma adulteração do trabalho de Lorenz e outros estudiosos do comportamento animal. Visto que a sua prova de um traço inerente é a história e a organização patriarcal, as suas pretensões a uma prova apoiada nas ciências físicas são especiosas e circulares. Apenas podemos avan-

(1) Lionel Tiger — *Men in Groups*, Random House, Nova Iorque, 1968.

çar provas genéticas quando temos provas históricas (e não históricas) para avançar. Quando as autoridades na matéria recusam a possibilidade de instintos (complexo inerente aos padrões de comportamento) em todos os humanos, admitindo apenas reflexos e impulsos (respostas muito simples do sistema nervoso) (1), as perspectivas de um «instinto de domínio» parecem particularmente desesperadas.

Se considerássemos o sexo nos seres humanos como um impulso, seria ainda necessário sublinhar que a imensa área das nossas vidas, quer no período de «socialização» da primeira idade quer na experiência adulta, rotulada «comportamento sexual», é quase inteiramente um produto de aprendizagem. E tanto assim é que mesmo o próprio acto de coito é o produto de uma longa série de respostas aprendidas — respostas aos padrões e atitudes, mesmo quanto ao objecto de escolha sexual, que o nosso meio social nos estabelece.

O carácter arbitrário das atribuições patriarcal de temperamento e função tem pouco efeito em relação ao poder que exercem sobre nós. Nem as qualidades reciprocamente exclusivas, contraditórias e polares das categorias «masculino» e «feminino» impostas à personalidade humana dão origem a questões suficientemente sérias entre nós. Sob a sua égide cada personalidade se torna pouco mais de metade, e frequentemente menos, do seu

(1) Por meio do instinto, as espécies sub-humanas podiam empreender a actividade de construir um ninho complexo ou uma colmeia; por meio dos reflexos ou impulsos, um ser humano podia simplesmente pestanejar, ter fome, etc.

ser humano. Politicamente, o facto de cada indivíduo apresentar uma personalidade e um campo de actividade circunscritos mas complementares é uma circunstância secundária em relação ao facto de cada indivíduo representar um estatuto ou divisão de trabalho. Em matéria de conformação a um modelo, o sistema patriarcal é uma ideologia determinante e paralelo; é provável que nenhum outro sistema jamais exercido um *contrôle* tão completo sobre os seus subordinados.

Aspecto sociológico

A instituição fundamental do sistema patriarcal é a família. É simultaneamente o seu espelho e uma unidade de ligação com a sociedade; uma unidade patriarcal típica de um todo patriarcal. Actuando como mediadora entre o indivíduo e a estrutura social, a família efectua o *contrôle* e a conformidade aos padrões num campo em que as autoridades políticas e outras são insuficientes (1). Enquanto instrumento fundamental e unidade básica da sociedade patriarcal, a família e as suas funções são protótipos. Servindo como agente da sociedade mais ampla, a família não só encoraja os seus próprios membros a ajustar-se e a conformar-se aos padrões propostos como actua como uma unidade no governo do Estado patriarcal que dirige os seus cidadãos através dos seus chefes de família. Mesmo

(1) Em algumas das minhas observações sobre a família sou extremamente devedora à curta e concisa análise de Goode. Ver William J. Goode — *The Family*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, Nova Jérquia, 1964.

nas sociedades patriarcais em que lhes é concedida a cidadania legal, as mulheres tendem a ser dirigidas exclusivamente através da família e têm poucas ou nenhuma relações formais com o Estado (1).

Como a cooperação entre a família e a sociedade mais vasta é essencial, doutro modo ambas perderiam separadamente as suas posições privilegiadas, os destinos das três instituições patriarcais — a família, a sociedade e o Estado, estão interligados. Na maior parte das formas do sistema patriarcal este facto tem geralmente conduzido à obtenção de apoio religioso em determinados preceitos tais como o preceito católico de que «o pai é o chefe da família» ou a atribuição judaica de uma autoridade quase sacerdotal ao pai. Os governos laicos também confirmam actualmente este aspecto, como por exemplo no hábito de designar no recenseamento o macho como cabeça de casal, assim como nos impostos, nos passaportes, etc. As cabeças de casal fêmeas tendem a ser consideradas como indesejáveis; o fenómeno é um sintoma de pobreza ou infelicidade. O preceito de Confúcio de que a relação entre governante e governados é paralela à existente entre o pai e os filhos denuncia o carácter essencialmente feudal da família patriarcal (e, rec

(1) A família, a sociedade e o Estado são três entidades distintas mas intimamente ligadas: as mulheres assumem uma importância decrescente à medida que avançamos da primeira para a terceira categoria. Mas como em cada uma das três categorias existe ou é influenciada pela instituição do patriarcado, a minha intenção neste ponto é não tanto estabelecer uma diferenciação como assinalar uma semelhança geral.

provemente, o carácter familiar do feudalismo), mesmo nas democracias modernas (1).

Tradicionalmente, o sistema patriarcal concedeu ao pai um quase total direito de propriedade sobre a esposa, ou esposas, e sobre os filhos, incluindo os poderes de ofensas físicas e frequentemente mesmo os de assassinio e venda. Clássicamente, como chefe da família, o pai é simultaneamente procriador e dono num sistema em que o parentesco significa propriedade (2). Contudo, num sistema patriarcal rigoroso, o parentesco é reconhecido apenas através da associação com a linha masculina. A agnação exclui os descendentes da linha feminina do direito de propriedade e muitas vezes exclui-os mesmo de reconhecimento (3). A primeira formulação da família patriarcal foi feita por Sir Henry Maine, um historiador do século XIX de jurisprudência antiga. Maine argumenta que a base patriarcal do parentesco é posta mais em termos de domínio que de sangue; as esposas, embora marginais, são assimiladas, enquanto os filhos de irmã são excluídos. Baseando a sua definição de família

(1) J. K. Folsom formula um argumento convincente quanto ao carácter anómalo dos sistemas da família patriarcal dentro da sociedade democrática. Ver Joseph K. Folsom — *The Family and Democratic Society*, John Wiley, Nova Iorque, 1934, 1943.

(2) As relações matrimoniais e as consanguíneas com o chefe da família fazem de cada pessoa uma sua propriedade.

(3) A descendência rigorosamente patriarcal é seguida e reconhecida só através dos herdeiros masculinos, e não através dos filhos da irmã, etc. Em algumas gerações os descendentes de ramos femininos perdem o contacto. Sòmente os que «usam o nome», que descendem de ramos masculinos, podem ser reconhecidos para questões de parentesco ou herança.

no *patria potestates* de Roma, Maine fixou-a da seguinte forma: «O parente macho mais velho é absolutamente soberano na sua casa. O seu poder estende-se à vida e à morte e é tão imoderado sobre os seus filhos e suas casas como sobre os seus escravos.»⁽¹⁾ Na família patriarcal arcaica, «o grupo consiste de propriedade animada e inanimada, de esposa, filhos, escravos, terra e bens, tudo mantido em conjunto por sujeição à autoridade despótica do macho mais velho»⁽²⁾.

A refutação de McLennan⁽³⁾ às teorias de Maine baseia-se em que a *patria potestates* romana foi uma forma extrema do sistema patriarcal, e de nenhum modo, como Maine tinha imaginado, universal. A prova da existência das sociedades por linha materna (sociedades primitivas em África e outros sítios) refuta a hipótese de Maine sobre a universalidade da agnação. Certamente, o argumento central de Maine, quanto ao carácter primordial ou natural do sistema patriarcal, não é senão uma racionalização bastante ingénua de uma instituição que Maine tendia a exaltar⁽⁴⁾. A hipótese do carácter original do sistema patriarcal é desmen-

⁽¹⁾ Sir Henry Maine — *Ancient Law*, Murray, Londres, 1861, p. 122.

⁽²⁾ Sir Henry Maine — *The Early History of Institutions*, Londres, pp. 310-311.

⁽³⁾ John McLennan — *The Patriarchal Theory*, Macmillan, Londres, 1885.

⁽⁴⁾ Maine considerou a família patriarcal como a célula a partir da qual a sociedade evoluiu como povo, tribo e nação, muito segundo o esquema simplista das doze tribos de Israel que descendem de Jacob. Visto que Maine também datou a origem do sistema patriarcal na descoberta da paternidade, que dificilmente pode ser considerada como uma condição primordial, este facto actua também contra o carácter eterno da sociedade patriarcal.

tida por muitas provas que tendem para a conclusão de que a autoridade patriarcal completa, particularmente a da *patria potestates*, é um desenvolvimento posterior e que a total erosão do estatuto da mulher foi provavelmente sendo tão gradual como tem sido a sua recuperação.

Nos sistemas patriarcais contemporâneos, a prioridade *de facto* do homem tem sido recentemente modificada através da concessão às mulheres da protecção ao divórcio⁽¹⁾, gozo dos direitos civis e políticos e direito de propriedade. O seu estatuto de objecto possuído continua na perda de nome, na obrigação de adoptar o domicílio do marido e na pretensão legal geral de que o casamento implica uma prestação dos serviços domésticos da fêmea e consórcio «sexual» a troco de apoio económico⁽²⁾.

A principal contribuição da família no sistema patriarcal é a socialização dos jovens (em grande parte através do exemplo e da censura dos pais)

⁽¹⁾ Muitos sistemas patriarcais só concederam o divórcio aos homens. Tem sido acessível às mulheres em qualquer escala apenas no decurso deste século. Goode afirma que a quantidade proporcional de divórcios era tão elevada no Japão, durante a década 1880-1890, como é hoje nos Estados Unidos. Goode — *Op. cit.*, p. 3.

⁽²⁾ Um homem pode obter o divórcio porque a sua mulher lhe falha no serviço doméstico e na relação sexual: não lhe será concedido por falha da sua mulher em lhe dar apoio financeiro. Uma mulher pode obter o divórcio se o marido lhe falta com apoio financeiro, mas nunca lhe será concedido por falha do marido no serviço doméstico ou na relação sexual. Em todo o caso ver Karczewski contra Baltimore e Ohio Railroad, 274 F. Supp. 169.175 N. D. Illinois, 1967, em que se estabeleceu um precedente e em que foi destituída a lei comum que decreta que uma esposa não podia pôr qualquer acção por perda de consórcio.

dentro dos esquemas das atitudes prescritas pela ideologia patriarcal relativas às categorias de função, temperamento e estatuto. Embora haja diferenças ligeiras de definição que dependem neste caso da compreensão que os pais têm dos valores culturais, o efeito geral de uniformidade é atingido, para ser adicionalmente reforçado através das camaradas, das escolas, dos meios de informação e de outras fontes de aprendizagem, formais e informais. Ainda que possamos analisar demoradamente o equilíbrio da autoridade entre as personalidades de várias famílias, devemos ter presente que a totalidade da cultura apoia a autoridade masculina em todos os campos da vida e que — fora de casa — recusa toda a autoridade à mulher.

Para garantir que as suas funções decisivas de reprodução e socialização dos jovens se realizem apenas dentro dos seus limites, a família patriarcal insiste na legitimidade. Bronislaw Malinowski define este facto como «o princípio da legitimidade», formulando-o como uma insistência de que «nenhuma criança deveria nascer sem um homem que assuma o papel de pai sociológico»⁽¹⁾. Por meio desta proibição universal e aparentemente consistente (cujas sanções variam de classe para classe e de acordo com as acções esperadas do duplo

(1) Bronislaw Malinowski — *Sex, Culture and Myth*, Harcourt, Nova Iorque, 1962, p. 63. Há mesmo uma afirmação anterior que é mais generalizada: «Em todas as sociedades humanas a tradição moral e a lei decretam que o grupo constituído por uma mulher e os seus filhos não é uma unidade sociologicamente completa.» *Sex and Repression in Savage Society*, Humanities, Londres, 1927, p. 213.

(estatuto de comportamento), o sistema patriarcal quer que o estatuto quer da criança quer da mãe seja antes de mais, ou em última análise, dependente do macho. E visto que não é apenas com o estatuto social, mas também com o seu poder económico, que os seus dependentes geralmente mantêm a posição da personagem masculina dentro da família — ou fora dela — é material e ideologicamente forte em extremo.

Embora não haja qualquer razão biológica em virtude da qual as duas funções centrais da família (socialização e reprodução) tenham de estar-lhe intimamente ligadas ou mesmo realizar-se dentro dela, todos os esforços revolucionários ou utópicos para remover estas funções do seio da família têm sido tão frustrados, tão rodeados de dificuldades, que a maior parte das experiências feitas até aqui têm acarretado um retorno gradual à tradição. Isto é uma prova evidente de como o sistema patriarcal é uma forma básica dentro de todas as sociedades e de como são actantes os seus efeitos sobre os membros da família. É talvez também um claro aviso: empreender determinado tipo de alterações sem uma profunda compreensão da instituição sociopolítica que se pretende alterar dificilmente resulta. E contudo não pode ser levada a cabo uma mudança social radical sem afectar o sistema patriarcal. E não só porque é a forma política que subordina uma tão grande percentagem da população (mulheres e jovens) mas também porque funciona como uma cidadela do direito de propriedade dos interesses tradicionais. Os casamentos são alianças financeiras, e cada família actua como uma entidade económica tipo corporação. Como afirma um especialista da família, «a família é o fecho da abóbada do sistema de estratificação,

o mecanismo social pelo qual o sistema é mantido» (1).

4. Classe

É no domínio das classes que o estatuto de casta das mulheres dentro do sistema patriarcal é mais sujeito a confusão, porque o estatuto sexual funciona muitas vezes de uma maneira superficialmente confusa dentro da variável de classe. Numa sociedade em que o estatuto depende das circunstâncias de classe económicas, sociais e educacionais, é possível que certas mulheres pareçam ocupar uma posição superior à de alguns homens. Verificamos que assim não acontece quando analisamos mais profundamente o assunto. Teremos maior facilidade em perceber por meio de uma analogia: um médico ou um advogado negros têm um estatuto social mais elevado que um pobre rendeiro branco. Mas a raça, em si mesma um sistema de casta que absorve a classe, convence este último de que pertence a uma ordem de vida superior, tal como oprime moralmente o profissional de cor, seja qual for o seu sucesso material. Do mesmo modo, um camionista, ou um carneiro, tem sempre a possibilidade de recorrer à sua «virilidade». Se o atacar neste orgulho derradeiro, ele pode considerar a hipótese de métodos mais violentos. A literatura dos últimos trinta anos apresenta um número surpreendente de incidentes em que a casta da virilidade triunfa sobre o estatuto social de mulheres ricas ou mesmo educadas. Em contextos literários estamos

(1) Goode — *Op. cit.*, p. 80.

na presença da realização do desejo. Os incidentes do quotidiano (observações brutais, obscenas ou hostis) são provavelmente uma outra forma de comportamento psicológico de domínio. Ambos os aspectos nos transmitem mais a esperança que a realidade, porque as divisões de classes são geralmente bastante inacessíveis à hostilidade dos indivíduos. É, contudo, ainda que a existência da divisão de classes não seja seriamente ameaçada por tais expressões de hostilidade, a existência da hierarquia sexual tem sido reafirmada e mobilizada para «punir» a fêmea com bastante eficácia.

A função da classe no sistema patriarcal é, em grande parte, uma questão de como, ou abertamente exibida ou ruidosamente enunciada, a ética geral da supremacia masculina cria a si mesma as condições de existência. A este respeito temos de considerar o que parece ser um paradoxo: ainda que nos estratos sociais inferiores haja mais probabilidades do macho reivindicar a autoridade só com base na força da sua categoria sexual, acontece que ele é realmente obrigado com muita frequência a partilhar o poder com as mulheres da sua classe que sejam economicamente produtivas; enquanto nas classes média e superior há menos tendência a reivindicar brutalmente o domínio patriarcal, visto que os homens que gozam de tal estatuto têm mais poder em qualquer circunstância (2).

Aceita-se geralmente que o sistema patriarcal ocidental tem sido muito atenuado pelos conceitos

(2) Goode — *Op. cit.*, p. 74.

do amor cortês e romântico. Embora seja certamente verdadeira, tal influência também tem sido largamente sobrestimada. Em comparação com o aspecto ostensivo do «machismo» ou do comportamento oriental, podemos compreender o que é comportamento cavalheiresco tradicional representado em matéria de concessão — uma espécie de portiva de reparação que possibilita à fêmea subordinação certos meios de salvar a dignidade. Sendo um paliativo para a injustiça da posição social da mulher, o espírito de cavalaria é também uma técnica para a dissimular. Temos de reconhecer que o comportamento cortês é um jogo que o grupo dominante joga, elevando a sua serva ao nível de pedestal. Os historiadores do amor cortês sublinham o facto de os êxtases dos poetas não exercerem qualquer efeito sobre a situação legal ou económica das mulheres e muito pouco sobre o seu estatuto social⁽¹⁾. Como observou o sociólogo Hugo Beigel, tanto a versão romântica como a versão cortês do amor são «favores» que o macho concede do alto dos seus totais poderes⁽²⁾. Ambas têm tido o efeito de tornar obscuro o carácter patriarcal da cultura ocidental e, na sua tendência geral para atribuir

(1) Eis o ponto essencial do resumo de Valency da situação anterior aos trovadores, reconhecendo que o amor cortês é uma absoluta anomalia: «Em relação ao aspecto social anterior, tudo quanto podemos afirmar com confiança é que não conhecemos nada nas relações objectivas entre homens e mulheres na Idade Média que pudesse imaginavelmente motivar os acordos de amor-poesia que os trovadores desenvolveram.» Maurice Valency — *In Praise of Love*, Macmillan, Nova Iorque, 1958, p. 5.

(2) Hugo Beigel — «Romantic Love», *The American Sociological Review*, vol. 16, 1951, p. 313.

atitudes impossíveis às mulheres, acabaram por confiná-las a uma esfera de comportamento estreita e com frequência notavelmente compulsiva.

O conceito de amor romântico proporciona um meio de manipulação emocional que o macho é livre de explorar, visto que o amor é a única circunstância em que a mulher é (ideologicamente) perdoada pela actividade sexual. E as convicções do amor romântico são convenientes para ambas as partes, visto que é muitas vezes a única condição em que a mulher pode superar o poderosíssimo condicionamento que recebeu em relação à inibição sexual. O amor romântico torna também obscuras as realidades do estatuto da mulher e o fardo da dependência económica. Quanto ao «espírito de cavalaria», esse comportamento galante, tal como ainda permanece nas classes médias, degenerou num ritual fatigado que quase nem serve para ocultar a situação actual do estatuto.

Dentro do sistema patriarcal temos muitas vezes que fazer face a contradições que são apenas uma questão de estilo de classe. David Riesman observou que tal como a classe trabalhadora foi assimilada pela classe média assim o foram igualmente as suas atitudes e comportamentos sexuais. O chauvinismo macho de uma completa vulgaridade que foi em tempos o domínio das classes baixas ou do imigrante foi absorvido e revestiu-se de um certo fascínio através de um determinado número de figuras contemporâneas que assim o tornaram, e um certo número de outras atitudes de machismo das classes trabalhadoras fazem parte de um estilo de vida novo e actualmente em voga. Este ideal de virilidade bruta da classe trabalhadora tem-se tornado tão influente no nosso tempo (ou mais precisamente, uma sua versão literária e por conseguinte

de classe média) que pode substituir as atitudes mais discretas e «bem educadas» do passado⁽¹⁾.

Um dos principais efeitos da noção de classe dentro do sistema patriarcal é virar uma mulher contra outra, criando, no passado, um vivo antagonismo entre a prostituta e a mãe de família, e actualmente entre a mulher de carreira profissional e a dona de casa. Uma inveja a «segurança» e prestígio da outra, enquanto a invejada deseja ardentemente, para além dos limites da respeitabilidade, o que ela considera a liberdade da outra, a aventura e o contacto com o grande mundo. Através das múltiplas vantagens do comportamento de padrão duplo, o macho participa em ambos os mundos, tendo a possibilidade, pelos seus recursos sociais e económicos superiores, de lançar as mulheres divididas umas contra as outras como rivais. Poderíamos também reconhecer subsidiariamente categorias de estatuto entre as mulheres: não só se formam classes pela virtude como também pela beleza e pela idade.

Talvez, numa análise final, seja possível demonstrar que as mulheres tendem a transcender as habituais estratificações de classe no sistema patriarcal, porque, seja qual for a sua classe por nascimento e educação, a mulher tem menos associações per-

(1) Mailer e Miller, e também Lawrence, ocorrem-nos a este respeito. Podíamos seguir a pista da própria existência de Rojack como figura de ficção até ao símbolo da virilidade de Ernest Everhard de Jack London e Stanley Kowalski de Tennessee William. Que Rojack seja também instruído nada mais é que um elegante acabamento no mobiliário da sua «virilidade», sólidamente baseada na dura fibra de carvalho do seu domínio sobre todo e qualquer «simplório» que ele possa vencer, ferir ou submeter em práticas de sodomia.

manentes de classe que o homem. A dependência económica torna as suas filiações com qualquer classe uma questão tangencial, provisória e temporária. Aristóteles observou que o único escravo que um homem do povo podia atribuir-se era a sua própria mulher, e o serviço de uma criada não remunerada proporciona ainda aos machos da classe trabalhadora uma espécie de «almofada» contra os golpes do sistema de classes, o que acidentalmente lhes possibilita alguns dos luxos psíquicos da classe ociosa. Podendo apenas contar consigo próprias, poucas mulheres se elevam acima da classe trabalhadora em prestígio pessoal e força económica, e as mulheres enquanto grupo não gozam de muitos dos interesses e vantagens que qualquer classe pode oferecer aos seus membros masculinos. As mulheres são, por consequência, uma força menor no sistema de classes. Mas é importante compreender que, tal como sucede com qualquer grupo cuja existência é parasitária para os seus governantes, as mulheres são uma classe na dependência que vive dos excedentes. E as suas vidas marginais tornam-nas frequentemente conservadoras porque, como todas as pessoas na sua situação (os escravos são, a este respeito, um exemplo clássico), identificam a sua própria sobrevivência com a prosperidade dos que as sustentam. A esperança de tentar soluções próprias de libertação parece demasiado remota para que a maioria ouse considerá-la, e assim continuará enquanto não for tomada uma consciência exacta do problema.

Visto que a raça surge como uma das variáveis finais em política sexual, é oportuno, especialmente numa discussão de literatura moderna, consagrar-lhe também algumas palavras. Tradicionalmente,

o homem branco habituou-se a conceder à mulher da sua própria raça, na qualidade de «sua mulher», um estatuto superior ao atribuído ao homem de cor (1). Contudo, como a ideologia racista branca está posta a descoberto e começa a desagregar as antigas atitudes protectoras do racismo em relação às mulheres (brancas) começam também a desaparecer. E a prioridade de manter a supremacia do macho poderia mesmo ser mais importante que a da supremacia branca; o segregacionismo sexual pode ser mais endémico na nossa própria sociedade que o racismo. Por exemplo, observamos em autores que designaríamos agora como abertamente racistas, tais como D. H. Lawrence — cujo desprezo pelo que tanta vez designa como raças

(1) Dir-se-ia que a «pura flor da feminilidade branca» tem provocado, pelo menos por vezes, um certo desapontamento no seu senhor enquanto companheira de raça. A conexão histórica entre o Movimento Abolicionista e o Movimento Feminino prova de certo modo este facto, assim como o caso dos casamentos entre mulheres brancas e homens de cor comparado com os casamentos entre homens brancos e mulheres de cor. É muito difícil obter números concretos sobre a miscigenação: Goode, *Op. cit.*, p. 37, avalia a proporção dos casamentos entre mulheres brancas e homens de cor como sendo entre três a dez vezes a proporção dos casamentos entre homens brancos e mulheres de cor. Robert K. Merton, «Intermarriage and the Structure» *Psychiatry*, vol. 4, Agosto de 1941, p. 374, afirma que «a maior parte das relações sexuais entre castas — não casamentos — são entre homens brancos e mulheres negras». Desnecessário será sublinhar que os mais vastos contactos sexuais entre homens brancos e mulheres de cor não só foram extramatrimoniais como (por parte do homem branco) grosseiramente exploradores. Na época da escravatura era simplesmente um caso de violação.

inferiores é imperturbável —, casos em que o macho de casta inferior é posto em situação de dominar ou humilhar a própria esposa insubordinada do homem branco. Desnecessário é dizer que a fêmea das raças não brancas não figura nestas narrativas excepto como um exemplo de «verdadeira» submissão feminina, digna de ser imitada por outras mulheres menos cuidadosamente domesticadas. A sociologia branca contemporânea manifesta frequentemente uma perspectiva patriarcal semelhante quando as suas teorias tendem para a afirmação de que o aspecto «matriarcal» da sociedade negra e a «castração» do macho de cor são os sintomas mais deploráveis da opressão negra na sociedade racista branca, com a implicação de que a injustiça racial é susceptível de solução através de um restabelecimento da autoridade masculina. Sejam quais forem os factos da questão, pode também sugerir-se que uma análise desta natureza pressupõe valores patriarcais que não são postos em causa, e tende a tornar obscuros quer o verdadeiro carácter quer a responsabilidade pela injustiça racista para com a população negra de ambos os sexos.

5. Aspectos económicos e educacionais

Uma das armas mais eficientes do governo patriarcal reside na acção da sua influência económica sobre as mulheres. No sistema patriarcal tradicional não era permitida às mulheres, na qualidade de não pessoas sem posição legal, qualquer existência económica real, visto que não podiam nem possuir nem ganhar por direito próprio. Dado que as mulheres trabalharam sempre nas sociedades patriarcais, muitas vezes nas tarefas mais roti-

neiras ou árduas, o que está em questão não é o trabalho mas a recompensa económica. Nas modernas sociedades patriarcais já reformadas, as mulheres têm certos direitos económicos, contudo o «trabalho feminino» de que se ocupam cerca de dois terços da população feminina na maior parte dos países desenvolvidos é um trabalho que não é remunerado (1). Numa economia monetária em que a autonomia e o prestígio dependem da circulação, este facto assume uma grande importância. Em geral, a posição das mulheres no sistema patriarcal é uma função contínua da sua dependência económica. Tal como a sua posição social é provisória e obtida (muitas vezes numa base temporária ou marginal) contra a vontade dos homens, assim a sua relação à economia é também tipicamente provisória ou tangencial.

Em relação ao terço de população feminina que está empregada, os seus salários médios representam apenas metade do rendimento médio que os homens auferem. Examinemos as estatísticas do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos relativas aos rendimentos médios anuais: homens brancos, 6704 dólares; homens não brancos, 4277 dólares; mulheres brancas, 3991 dólares; mulhe-

(1) A Suécia é uma excepção ao considerar o trabalho doméstico como um serviço material prestado e calculável em processos de divórcio, etc. Trinta e três a quarenta por cento da população feminina ocupa lugares de produção nos países ocidentais: o que significa que há cerca de dois terços ausentes de uma força de trabalho de produção. Na Suécia e na União Soviética esse número é inferior.

ras não brancas, 2816 dólares (1). A disparidade torna-se algo mais impressionante porque o nível educacional das mulheres é geralmente superior ao dos homens incluídos em grupos de impostos comparáveis (2). Além disso, os tipos de emprego abertos às mulheres nos sistemas patriarcais modernos são, com poucas excepções, de natureza servil, mal pagos e sem estatuto (3).

Nos modernos países capitalistas as mulheres funcionam também como uma força de trabalho de reserva, mobilizada em tempo de guerra e expansão e licenciada em tempo de paz. Nestas funções, as mulheres americanas substituíram o trabalho dos imigrantes e competem agora com as minorias

(1) Estatísticas do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos para 1966 (últimos números fornecidos). A proporção das mulheres que ganharam mais que 10 000 dólares por ano em 1966 foi 7,6% de 1%. Ver Mary Dublin Keyserling — «Realities Of Women's Current Position in the Labor Force», in *Sex Discrimination in Employment Practices*.

(2) Ver *The 1965 Handbook on Women Workers*, United States Department of Labor, Women's Bureau. «Em todos os grupos ocupacionais de maior importância o rendimento do salário médio das mulheres foi inferior ao dos homens. Isto verifica-se a todos os níveis de grau de instrução.» Uma comparação entre o rendimento auferido por mulheres e homens e iguais graus de escolaridade revelou que as mulheres que tinham completado quatro anos de ensino universitário recebiam rendimentos que correspondiam apenas a 47% do que era pago a homens com o mesmo nível educacional; as mulheres com o curso do liceu ganhavam apenas 38%.

(3) Em relação à distribuição das mulheres em salários e estatutos inferiores ver *Background Facts on Working Women*, U. S. Department of Labor, Women's Bureau.

raciais. Nos países socialistas, a força de trabalho da mulher concentra-se também geralmente nas classes inferiores, apesar de uma alta incidência de mulheres em certas profissões como a medicina. O estatuto e as remunerações destas profissões tem baixado à medida que as mulheres a elas têm acesso, e permitem-lhes ter acesso a estes domínios com base no fundamento lógico de que é a sociedade ou o Estado, e não a mulher (e os países socialistas são também patriarcais), que beneficia de tal tipo de actividades.

Como a independência da mulher na vida económica é encarada com desconfiança, existem movimentos de todas as espécies (religião, psicologia, publicidade, etc.) que censuram continuamente ou invectivam o trabalho remunerado fora de casa das mulheres da classe média, particularmente mães. O trabalho duro das mulheres da classe trabalhadora é mais facilmente aceite como «necessidade», se não sempre pela própria classe trabalhadora pelo menos pela classe média. E esta aceitação serve, sem dúvida, o propósito de ter à disposição trabalho barato para as fábricas, tal como para serviços de natureza inferior e para posição de empregada de escritório. Os salários e tarefas femininos são tão pouco lucrativos que não ameaçam o sistema patriarcal financeira ou psicologicamente, o que não aconteceria no caso de empregos mais prestigiosos. As mulheres que trabalham fora de casa têm dois empregos, visto que o fardo do serviço doméstico e da assistência às crianças não é minorado quer por serviços de assistência durante o dia ou quaisquer outras acções sociais quer pela cooperação dos maridos. A invenção dos electrodomésticos não tem tido qualquer efeito apreciável sobre a duração, mesmo se alterou a qualidade dos

trabalhos femininos (1). A discriminação em questões de contratos, maternidade, salários e horas é muito grande (2). Nos Estados Unidos, uma lei recente proibindo a discriminação no emprego, a primeira e única garantia legislativa geral de direitos concedida às mulheres americanas desde o voto, não é aplicada, não tem sido aplicada desde a sua promulgação, e não foi decretada para ser aplicada (3).

Em termos de indústria e produção, a situação das mulheres é, em muitos aspectos, comparável à dos povos coloniais e pré-industriais. Embora conquistassem a sua primeira autonomia económica com a Revolução Industrial e constituam presentemente uma vasta e mal remunerada população fabril, as mulheres não participam directamente na tecnologia ou na produção. O que habitualmente produzem (serviços domésticos e pessoais) não tem qualquer valor industrial e continua a ser pré-capital. Nem sequer, quando realmente participam pelo

(1) «Para uma mulher casada sem filhos o trabalho reduzido ao mínimo ocupará provavelmente entre quinze a vinte horas por semana, para uma mulher com crianças o mínimo é provavelmente setenta a oitenta horas por semana.» Margaret Benston — «The Political Economy of Women's Liberation», *Monthly Review*, vol. xxi, Setembro de 1969.

(2) Ver as publicações do Women's Bureau e particularmente *Sex Discrimination in Employment Practices* (cit.) e Carolyn Bird — *Born Female*, McKay, Nova Iorque, 1968.

(3) Título VII da Acta dos Direitos Civis de 1964. A inclusão do «sexo» na lei apoiando o direito civil de liberdade em relação à discriminação no emprego foi em parte uma brincadeira, em parte uma tentativa dos congressistas do Sul para forçarem os estados industriais do Norte a renunciar à aprovação do projecto de lei.

raciais. Nos países socialistas, a força de trabalho da mulher concentra-se também geralmente nas classes inferiores, apesar de uma alta incidência de mulheres em certas profissões como a medicina. O estatuto e as remunerações destas profissões tem baixado à medida que as mulheres a elas têm acesso, e permitem-lhes ter acesso a estes domínios com base no fundamento lógico de que é a sociedade ou o Estado, e não a mulher (e os países socialistas são também patriarcais), que beneficia de tal tipo de actividades.

Como a independência da mulher na vida económica é encarada com desconfiança, existem movimentos de todas as espécies (religião, psicologia, publicidade, etc.) que censuram continuamente ou invectivam o trabalho remunerado fora de casa das mulheres da classe média, particularmente mães. O trabalho duro das mulheres da classe trabalhadora é mais facilmente aceite como «necessidade», se não sempre pela própria classe trabalhadora pelo menos pela classe média. E esta aceitação serve, sem dúvida, o propósito de ter à disposição trabalho barato para as fábricas, tal como para serviços de natureza inferior e para posição de empregada de escritório. Os salários e tarefas femininos são tão pouco lucrativos que não ameaçam o sistema patriarcal financeira ou psicologicamente, o que não aconteceria no caso de empregos mais prestígio. As mulheres que trabalham fora de casa têm dois empregos, visto que o fardo do serviço doméstico e da assistência às crianças não é minorado quer por serviços de assistência durante o dia ou quaisquer outras acções sociais quer pela cooperação dos maridos. A invenção dos electrodomésticos não tem tido qualquer efeito apreciável sobre a duração, mesmo se alterou a qualidade dos

trabalhos femininos⁽¹⁾. A discriminação em questões de contratos, maternidade, salários e horas é muito grande⁽²⁾. Nos Estados Unidos, uma lei recente proibindo a discriminação no emprego, a primeira e única garantia legislativa federal de direitos concedida às mulheres americanas desde o voto, não é aplicada, não tem sido aplicada desde a sua promulgação, e não foi decretada para ser aplicada⁽³⁾.

Em termos de indústria e produção, a situação das mulheres é, em muitos aspectos, comparável à dos povos coloniais e pré-industriais. Embora conquistassem a sua primeira autonomia económica com a Revolução Industrial e constituam presentemente uma vasta e mal remunerada população fabril, as mulheres não participam directamente na tecnologia ou na produção. O que habitualmente produzem (serviços domésticos e pessoais) não tem qualquer valor industrial e continua a ser pré-capital. Nem sequer, quando realmente participam pelo

(1) «Para uma mulher casada sem filhos o trabalho reduzido ao mínimo ocupará provavelmente entre quinze a vinte horas por semana, para uma mulher com crianças o mínimo é provavelmente setenta a oitenta horas por semana.» Margaret Benston — «The Political Economy of Women's Liberation», *Monthly Review*, vol. xxi, Setembro de 1969.

(2) Ver as publicações do Women's Bureau e particularmente *Sex Discrimination in Employment Practices* (cit.) e Carolyn Bird — *Born Female*, Mckay, Nova Iorque, 1968.

(3) Título VII da Acta dos Direitos Civis de 1964. A inclusão do «sexo» na lei apoiando o direito civil de liberdade em relação à discriminação no emprego foi em parte uma brincadeira, em parte uma tentativa dos congressistas do Sul para forçarem os estados industriais do Norte a renunciar à aprovação do projecto de lei.

seu trabalho remunerado na produção de detur-
nados artigos, possuem ou controlam ou não
entendem o processo em que participam. Um estudo
pode esclarecer melhor este aspecto: o frum-
fíco é um aparelho que todas as mulheres utilizam.
Algumas montam-no nas fábricas, e muito poucas
com educação científica compreendem os prin-
cípios do seu funcionamento. Já as indústrias pesa-
das que preparam o aço e produzem as matriças
para as suas peças estão nas mãos dos homens.
O mesmo se passa com a máquina de escrever, com
o automóvel, etc. Presentemente, ainda que os
conhecimentos sejam fragmentados mesmo entre a
população masculina, os homens poderiam recon-
struir colectivamente qualquer dispositivo tecnoló-
gico. Mas, na ausência dos homens, o afastamento
das mulheres em relação à tecnologia é actualmente
tão grande que é duvidoso que fossem capazes de
substituir ou reparar essas máquinas a qualquer
nível significativo. O afastamento da mulher em
relação à tecnologia superior é ainda maior.
A construção de edifícios, o desenvolvimento dos
computadores, os foguetões espaciais, ocorrem
como exemplos adicionais. Se o conhecimento é
poder, o poder também é conhecimento, e um
importante factor para a sua posição de dependên-
cia é a ignorância absolutamente sistemática que o
sistema patriarcal impõe às mulheres.

Dado que a educação e a economia estão tão
intimamente relacionadas nas nações mais avança-
das, é bastante significativo que o nível e o estilo
gerais do ensino superior destinado às mulheres,
particularmente nas muitas instituições exclusivamen-
te femininas que ainda existem, estejam mais
perto do humanismo renascentista que das conquis-

da sociedade científica e tecnológica dos meados
do século xx. Tradicionalmente, o sistema patriarcal
concedeu às mulheres uma formação literária ocasio-
nal e mínima enquanto a educação superior lhes
era vedada. Embora os modernos sistemas patriar-
cais tenham, muito recentemente, possibilitado às
mulheres o acesso a todos os níveis educacio-
nais (*), a natureza e a qualidade do ensino não são
as mesmas para cada sexo. Esta diferença é, sem
dúvida, manifesta no trabalho de socialização
estabelecido nas primeiras idades, mas persiste e é
também um factor dominante no ensino superior.
As universidades, antigamente lugares de erudição
e de preparação de alguns profissionais, produzem
actualmente também os elementos de uma tecno-
cracia. Não é este o caso em relação às mulheres.
As suas próprias escolas não produzem tipicamente

(*) Esquecemo-nos frequentemente de que o acesso
das mulheres ao ensino superior é um acontecimento
muito recente. Nos Estados Unidos não tem mais de cem
anos; em muitos países ocidentais, cinquenta. Oxford não
concedia graus às mulheres nos mesmos termos que aos
homens até 1920. No Japão e num certo número de
outros países as universidades foram abertas às mulheres
apenas no período que seguiu à segunda guerra mundial.
Há ainda regiões em que o ensino superior para mulheres
mal existe. As mulheres não têm a mesma possibilidade de
acesso à educação que os homens. No Princeton Report
afirmou-se que «embora ao nível do ensino secundário
houvesse mais raparigas que rapazes a receber o
grau A, iam para o ensino superior aproximadamente mais
40 % de rapazes que de raparigas». *The Princeton Report
to the Alumni on Co-Education*, Princeton, N. J., 1968,
p. 10. A maior parte de outras fontes autorizadas calcula-
vam a proporção nacional dos estudantes do ensino supe-
rior na base de dois homens para uma mulher. Em muitos
países é de longe inferior.

nem eruditos, nem profissionais, nem tecnocratas. Nem são subsidiadas pelo governo e por corporações, como é o caso das escolas de rapazes e das escolas e universidades de frequência mista, cuja função primordial é a educação dos machos.

Como o sistema patriarcal impõe um desequilíbrio temperamental dos traços de personalidade entre os sexos, as suas instituições educacionais sejam elas frequentadas por um único sexo ou de frequência mista, adoptam um programa cultural tendente à divisão geralmente actuante entre matérias «masculinas» e «femininas», atribuindo o estudo das humanidades e certas ciências sociais (pelo menos nos seus ramos inferiores ou marginais) às mulheres — e a ciência e a tecnologia, as profissões, os negócios e a engenharia ao homem. Sem dúvida que, presentemente, é este último que detém o balanço final dos empregos, do prestígio e da remuneração. O *contrôle* destes domínios é por excelência uma questão de poder político. Podíamos também assinalar de que forma o domínio exclusivo dos homens nos campos de maior prestígio serve directamente os interesses do poder patriarcal na indústria, no governo e no exército. E visto que o sistema patriarcal encoraja um desequilíbrio no temperamento humano entre os sexos, ambas as divisões do ensino (ciência e humanidades) reflectem este desequilíbrio. As humanidades, por não serem exclusivamente do âmbito masculino, sofrem no seu prestígio; as ciências, a tecnologia e os negócios, por serem quase exclusivamente masculinos, reflectem a deformação da personalidade «masculina», por exemplo, um certo carácter predatório ou agressivo.

Mantendo-as na esfera inferior da cultura a que as mulheres sempre estiveram limitadas no sistema

patriarcal, o presente encorajamento dos seus interesses «artísticos» através do estudo das humanidades pouco mais é que um prolongamento das «previdas» que antigamente cultivavam preparando-se para o negócio matrimonial. A realização com sucesso nas artes e nas humanidades está reservada, agora, como o tem sido historicamente, aos homens. Uma representação simbólica, seja ela Susan Sontag ou Lady Murasaki, não invalida esta regra.

6. A força

Não estamos habituados a associar o regime patriarcal com a força. O seu sistema de socialização é tão perfeito, o assentimento geral aos seus valores é tão completo, e prevaleceu na sociedade humana durante tanto tempo e de uma forma tão universal, que quase não parece ter tido necessidade de recorrer ao uso da violência. Habitualmente, consideramos as suas brutalidades no passado como costumes exóticos ou «primitivos». Quanto ao presente, são consideradas como o produto de desvios individuais, confinadas aos comportamentos patológicos ou excepcionais, e sem importância geral. E contudo, tal como acontece sob outras ideologias totalitárias (o racismo e o colonialismo são algo semelhantes a este respeito), o *contrôle* na sociedade patriarcal seria imperfeito e até inoperante se não pudesse contar com a regra da força, quer em determinadas emergências quer como instrumento de intimidação sempre presente.

Históricamente, a maior parte dos sistemas patriarcais institucionalizou a força através dos seus sistemas legais. Por exemplo, os sistemas patriarcais rigorosos tal como o islâmico puseram

em vigor a proibição contra a ilegitimidade ou autonomia sexual com uma sentença de morte. No Afeganistão e na Arábia Saudita a mulher adúltera é ainda apedrejada de morte, presidindo à execução um teólogo muçulmano. A execução por apedrejamento foi antigamente uma prática comum no Próximo Oriente. É ainda tolerada na Sicília. Desnecessário será dizer que não havia nem há qualquer sanção imposta ao macho na mesma situação. Excepto em épocas recentes ou em casos excepcionais, o adultério não era geralmente reconhecido nos homens, salvo como uma ofensa que um homem podia cometer contra o direito de propriedade de outro. No Japão, por exemplo, foi organizado um conjunto elaborado de distinções legais conforme a classe. Um samurai tinha o direito e, em caso de conhecimento público, era mesmo obrigado, a executar uma esposa adúltera, enquanto um cidadão comum ou um camponês eram livres de reagir como lhes agradasse. Em casos de adultério entre classes diferentes, o homem de classe inferior declarado culpado de intimidade sexual com a esposa do patrão seria decapitado juntamente com a adúltera, por ter violado os tabus de classe e propriedade. Os homens de estratos sociais superiores tinham, sem dúvida, a liberdade de seduzir as mulheres das classes inferiores, tal como estamos habituados a ver nas sociedades ocidentais.

Indirectamente, vigora ainda uma forma de «pena de morte» mesmo na América de hoje. Os sistemas legais patriarcais ao privarem as mulheres de *contrôle* sobre os seus próprios corpos conduzem-nas aos abortos ilegais; calcula-se que mor-

rem todos os anos por este motivo entre duas mil e cinco mil mulheres⁽¹⁾.

A excepção de uma liberdade social de abuso físico existente entre certas classes e grupos étnicos, a força é difusa e generalizada na maior parte dos sistemas patriarcais contemporâneos. De uma forma bastante significativa, a própria força é limitada ao macho, que é o único que está psicológica e tecnicamente apetrechado para perpetrar a violência física⁽²⁾. Sempre que as diferenças de força física se tornaram pouco importantes pelo uso das armas, a fêmea foi reduzida a um estado inofensivo pela sua socialização. Perante o ataque, a mulher está quase universalmente sem defesa, quer pela sua formação física quer pela sua formação emocional. Desnecessário será dizer que este facto tem efeitos de maior alcance no comportamento social e psicológico de ambos os sexos.

A força patriarcal conta também com uma forma de violência de carácter particularmente sexual, que se realiza completamente no acto da violação. A quantidade de violações assinaladas representa apenas uma fracção das que realmente

(1) Visto que o aborto é ilegal, é muito difícil obter os números correspondentes. Este número baseia-se nas estimativas dos praticantes do aborto e de serviços relacionados. Os suicídios durante a gravidez também não são oficialmente relatados.

(2) Lembramo-nos de excepções brilhantes nas guerras de libertação conduzidas pelo Vietname, China, etc. Mas ao longo da maior parte da história, as mulheres têm permanecido desarmadas e proibidas de manifestar qualquer defesa própria.

ocorrem⁽¹⁾, visto que a «vergonha» do acontecimento é suficiente para afastar as mulheres da noção de acusação civil sob as circunstâncias públicas de um julgamento. Tradicionalmente, a violação tem sido considerada como uma ofensa que um macho comete em relação a outro — uma questão de abusar da «sua mulher». A vingança, tal como se processa no Sul da América, é levada a cabo por satisfação masculina, pelo estímulo do ódio de raças e pelos interesses de propriedade e vaidade (honra). Na violação, as emoções da agressão, ódio, desprezo, e o desejo de destruir ou violar a personalidade, assumem uma forma perfeitamente adequada à política sexual. Nas passagens analisadas no começo deste estudo, essas emoções estavam presentes a um nível sublimado e eram um factor-chave para explicar o comportamento que preside ao uso da linguagem e tom do autor⁽²⁾.

As sociedades patriarcais associam tipicamente os sentimentos de crueldade com a sexualidade, sendo esta última frequentemente identificada quer com o mal quer com o poder. É um facto evidente quer nos delírios de imaginação sexual assinalados

(1) Mesmo assim o número é elevado. O número de violações assinaladas na cidade de Nova Iorque em 1967 foi de 2432. Número fornecido pelo Departamento da Polícia.

(2) É interessante verificar que as vítimas masculinas de violação perpetrada por outros homens têm frequentemente um sentimento duplo de abuso, visto que não só foram submetidos a relações sexuais forçadas e dolorosas como reduzidos ainda à condição de mulher. Grande parte deste aspecto é manifesto em Genet e no desprezo que a sociedade homossexual reserva para os seus parceiros «passivos» ou «femininos».

pela psicanálise quer na pornografia. A regra corrente associa o sadismo com o macho («o papel masculino») e a vítima da violência com a fêmea («o papel feminino»)⁽¹⁾. A reacção emocional à violência contra as mulheres no sistema patriarcal é muitas vezes curiosamente ambivalente; as referências ao facto de alguém espancar a mulher legítima, por exemplo, produzem invariavelmente risos e um certo mal-estar. Uma atrocidade exemplar, como os massacres em massa cometidos por Richard Speck, recebida a um nível com uma certa indignação escandalizada, possivelmente hipócrita, é susceptível de dar origem a uma reacção de massa de excitação ligeira a outro nível. Nestas ocasiões chegamos mesmo a ouvir dos homens expressões ocasionais de desejo ou divertimento. Dado o carácter sádico de determinadas fantasias públicas, como os apelos às audiências masculinas para espectáculos pornográficos ou semipornográficos, pode-se admitir que um certo elemento de identificação esteja absolutamente presente na reacção geral. Provavelmente um *frisson* colectivo semelhante arrasta a sociedade racista quando os seus membros mais «lógicos» perpetraram um linchamento. Inconscientemente, ambos os crimes podem servir à maioria como um acto ritual, catártico nos seus efeitos.

A hostilidade exprime-se de um certo número de formas. Uma delas é o riso. A literatura misógina, veículo primordial da hostilidade masculina, é um género simultaneamente cómico e de exorta-

(1) O masoquismo masculino é considerado excepcional e muitas vezes explicado como latentemente homossexual, ou seja uma questão do indivíduo desempenhar «o papel feminino» — isto é, a vítima.

ção. De todas as formas artísticas do sistema patriarcal é a mais francamente propagandista. O seu objectivo é reforçar ambas as facções sexuais no seu estatuto. As literaturas clássica, medieval e renascentista no Ocidente tiveram, cada uma delas, um importante elemento de misoginia⁽¹⁾. O Oriente tem igualmente fortes tradições neste aspecto, nomeadamente na doutrina confucionista, que influenciou o Japão e a China. A tradição ocidental foi efectivamente um pouco moderada pela introdução do amor cortês. Mas as antigas diatribes e ataques continuaram a coexistir com a nova idealização da mulher. No caso de Petrarca, Boccaccio e alguns outros, podemos encontrar a expressão completa de ambas as atitudes, possivelmente como manifestação de humores diferentes, uma atitude cortês adoptada para as necessidades efémeras da língua materna, uma grave animosidade para o sóbrio e eterno latim⁽²⁾. À medida que o amor cortês se transformou em amor romântico, a misoginia literária passou um pouco de moda. Em alguns lugares, no século XVIII, assumiu o aspecto decadente de sátiras ridículas e exortativas. No

(1) A literatura misógina é tão vasta que nenhum resumo de proporções razoáveis lhe poderia fazer justiça. A melhor referência sobre o assunto é Katherine M. Rogers — *The Troublesome Helpmate, A History of Misogyny in Literature*, University of Washington Press, Seattle, 1968.

(2) A par dos seus delicados sonetos de amor, Petrarca compôs sátiras sobre as mulheres, como «De Remedii utriusque Fortunae» e *Epistolae Seniles*. Boccaccio também soube equilibrar o espírito cortês dos romances (Filostrato, Ameto e Fiammetta) com o carácter injurioso de Corbaccio, um irascível ataque contra as mulheres, mais que medieval na sua violência.

século XIX, as suas formas mais acrimoniosas quase desapareceram em inglês. A sua reaparição nos comportamentos e na literatura do século XX é o resultado de um ressentimento em relação à reforma patriarcal, apoiado pela liberdade de expressão que tem vindo a verificar-se a uma velocidade crescente nos últimos cinquenta anos.

Desde o abrandamento da censura, a hostilidade masculina (psicológica ou física) em contextos especificamente *sexuais* tornou-se muito mais manifesta. Contudo, como a hostilidade masculina tem sido absolutamente contínua, trata-se aqui provavelmente menos de uma questão de desenvolvimento que de uma nova franqueza na expressão da hostilidade em contextos especificamente sexuais. É uma questão de libertação e de liberdade de exprimir o que antigamente era proibido fora da pornografia ou de outras produções «marginais», como por exemplo as de Sade. Quando nos lembramos do eufemismo e do idealismo das descrições do coito nos poetas românticos (*Eve of St. Agnes*, de Keats), ou nos romancistas vitorianos (Hardy, por exemplo) e os comparamos com Miller ou William Burroughs, ficamos com uma ideia do modo como a literatura contemporânea absorveu não só a explicitação fiel da pornografia como também o seu carácter anti-social. Visto que tem sido concedida livre expressão a esta tendência para ferir ou insultar, tornou-se muito mais fácil avaliar o antagonismo sexual no macho.

A história do sistema patriarcal apresenta uma variedade de crueldades e barbarismos: a execução da viúva que se imola pelo fogo na pira do defunto marido, na Índia, a deformidade dos pés ligados, na China, a ignomínia do véu durante toda a vida, no mundo árabe, ou a ameaça geral de sequestro,

gineceu e *purdah* ⁽¹⁾). Fenómenos tais como a ablação do clítoris, a incisão no clítoris, a venda e a escravização de mulheres a coberto de determinadas aparências, os casamentos forçados e os casamentos de crianças, a concubinação e a prostituição, ainda existem — o primeiro em África, o segundo no Próximo e no Extremo Orientes, os últimos em geral. O fundamento lógico que acompanha a imposição da autoridade do macho eufemisticamente denominada de «a batalha dos sexos» apresenta uma certa semelhança com as fórmulas das nações em guerra, em que qualquer atrocidade é justificada com base no facto de que o inimigo ou pertence a uma espécie inferior ou nem sequer é realmente humano. A mentalidade patriarcal engendrou uma série completa de fundamentos lógicos sobre as mulheres, os quais cumprem este propósito razoavelmente bem. E estas convicções tradicionais invadem a nossa consciência e afectam o nosso pensamento a um ponto que pouca gente estaria disposta a admitir.

7. Aspectos antropológicos: mito e religião

Todas as provas da antropologia, dos mitos religiosos e literários certificam o carácter politicamente oportuno das convicções patriarcais sobre a mulher. Um antropólogo faz referência a uma hipótese patriarcal consistente em que se formula que «as diferenças biológicas da mulher a colocam

⁽¹⁾ *Purdah*: sistema de isolamento pelo qual as mulheres indianas de condição são subtraídas aos olhares dos estrangeiros. (*N. da T.*)

a parte... ela é essencialmente inferior», e que, visto que «as instituições humanas se desenvolvem a partir de inquietações profundas e primitivas e são moldadas por mecanismos psicológicos irracionais... as atitudes socialmente organizadas em relação às mulheres resultam de tensões básicas expressas pelo macho» ⁽¹⁾. Sob o sistema patriarcal não foi a mulher que desenvolveu por si mesma os símbolos pelos quais é descrita. Como quer o mundo primitivo quer o civilizado são mundos masculinos, as ideias que moldaram a cultura em relação à mulher foram também de concepção masculina. A imagem das mulheres tal como a conhecemos é uma imagem criada pelos homens e moldada para se adaptar às suas necessidades. Estas necessidades decorrem de um medo do «outro» concretizado na mulher. Contudo, esta própria noção pressupõe que o sistema patriarcal já tinha sido estabelecido e que o macho já se instituíra a si mesmo como modelo humano, em relação ao qual a fêmea é o «outro», ou o estranho. Seja qual for a sua origem, a função da antipatia sexual do macho é proporcionar um meio de controlar um grupo subordinado e um fundamento lógico que justifique a posição subalterna dos que pertencem a uma classe inferior, «explicando» a opressão das suas vidas.

O sentimento de que as funções sexuais da mulher são impuras é universal e persistente. Encon-

⁽¹⁾ H. R. Hays — *The Dangerous Sex, the Myth of Feminine Evil*, Putnam, Nova Iorque, 1964. Grande parte das minhas afirmações nesta secção inspirou-se directamente na útil análise estabelecida por Hays das noções culturais sobre a mulher.

tramos provas desta convicção por toda a parte na literatura, no mito, na vida primitiva e civilizada. É impressionante como a noção persiste ainda actualmente. A menstruação, por exemplo, é um assunto altamente clandestino, e o efeito psicológico social do estigma que lhe está ligado deve actuar de uma forma importante sobre o ego da mulher. Há uma vasta literatura antropológica sobre o tabu menstrual; a prática de isolar as culpadas em cabanas na periferia da aldeia ocorre em todo o mundo primitivo. O calão contemporâneo denomina a menstruação como «a praga». Há provas consideráveis de que o mal-estar de que as mulheres sofrem durante o seu período tem frequentemente fortes probabilidades de ser, na sua origem, mais de natureza psicossomática que fisiológica, mais cultural que biológica. Que isto pode também ser verdade, em certa medida, em relação às dores e trabalho de parto é provado pela experiência recente do «parto sem dor». As circunstâncias e convicções patriarcais parecem ter o efeito de envenenar o próprio sentido da mulher da sua realidade física, até que frequentemente essa realidade física acabe por ser verdadeiramente o fardo que dizem que é.

Os povos primitivos explicam o fenómeno dos órgãos genitais da fêmea em termos de uma ferida, concluindo por vezes que ela foi visitada por um pássaro ou uma serpente que a mutilaram, ficando tal como é actualmente. Uma vez que foi ferida, sangra. O calão contemporâneo para vagina é «racha». A descrição freudiana dos órgãos genitais femininos é feita em termos de uma condição «castrada». A perturbação e a repugnância que os órgãos genitais da mulher suscitam nas sociedades

patriarcais é demonstrada através das condenações religiosas, culturais e literárias. Nos grupos primitivos, o medo é também um factor, como se pode ver na crença de uma *vagina dentada* susceptível de provocar castração. Ao pénis, símbolo do estatuto superior do macho quer nos sistemas patriarcais primitivos quer nos civilizados, é atribuída a importância mais decisiva, sendo simultaneamente objecto de infinito orgulho e de infinita inquietação.

Quase todos os sistemas patriarcais impõem tabus vedando às mulheres a possibilidade de tocarem nos objectos rituais (guerreiros ou religiosos) ou na alimentação. Nas sociedades antigas, as mulheres não eram geralmente autorizadas a comer com os homens. As mulheres comem ainda hoje à parte num grande número de culturas, principalmente nas do Próximo e Extremo Orientes. Parte da motivação deste costume parece residir no medo da contaminação, provavelmente sexual na origem. Na sua função de criadas domésticas, as fêmeas são forçadas a preparar os alimentos, ainda que ao mesmo tempo o seu contágio possa ser susceptível de se propagar. Ocorre uma situação semelhante com os negros nos Estados Unidos. São considerados imundos e infectos, e, contudo, como criados, são forçados a preparar as refeições para os seus escrupulosos superiores. Em ambos os casos o dilema é geralmente resolvido de uma forma deploravelmente ilógica, pelo isolamento do próprio acto de comer, enquanto o acto de cozinhar é exercido fora da vista pelo próprio grupo cujo contágio se teme à mesa. Com uma coerência admirável, alguns homens hindus não permitem que as suas mulheres toquem sequer nos seus alimentos. Em quase todos os grupos patriarcais espera-se que o macho dominante coma primeiro, ou melhor, e

mesmo quando ambos os sexos comem juntos, o macho deverá ser servido pela fêmea (1).

Todos os sistemas patriarcais rodearam a virgindade e o desfloramento de ritos e interdições elaborados. Nas sociedades sem escrita, a virgindade apresenta um interessante problema de asexualidade. Por um lado é, como em todo o regime patriarcal, um bem misterioso, por ser um sinal de propriedade que é recebida intacta. Por outro lado, representa um perigo desconhecido associado com o fluxo de sangue e com o sentido terrificante do «outro». O acontecimento da desfloração é tão auspicioso que, em muitas tribos, o recém-casado proprietário deseja renunciar ao uso do seu primeiro direito sobre a nova propriedade em favor de uma personalidade mais forte ou mais velha que possa neutralizar os perigos pressentidos (2). Os terrores do desfloramento parecem ter a sua origem num medo da sexualidade estranha da fêmea. Embora todo o sofrimento físico suportado no desfloramento recaia sobre a fêmea (e a maior parte das sociedades dão origem a que ela sofra dores físicas e mentais), o interesse social, institucionalizado no ritual e costumes patriarcais, está exclusivamente do lado do interesse de propriedade e prestígio do macho ou do lado do perigo (entre as sociedades sem escrita).

O mito patriarcal postula tipicamente uma idade de ouro antes da chegada das mulheres,

(1) As condições luxuosas do «bom» restaurante possibilitam uma bizarra exceção. Não só a cozinha como a despesa proporcional a tal ocasião.

(2) Ver Sigmund Freud — *Totem and Taboo*, e Ernest Crawley — *The Mystic Rose*, Methuen, Londres, 1902, 1927.

embora as suas práticas sociais permitam que os homens se libertem da companhia feminina. A segregação sexual é tão predominante no sistema patriarcal que dela encontramos provas por toda a parte. Quase todos os círculos poderosos no sistema patriarcal contemporâneo são grupos de homens. Mas os homens formam grupos próprios a todos os níveis. Os grupos de mulheres apresentam tipicamente um carácter auxiliar, imitando os esforços e métodos do homem num plano geralmente trivial ou efêmero. Raramente actuam sem recorrer à autoridade masculina: os grupos religiosos ou associações de igreja fazem apelo à autoridade superior de um sacerdote; os grupos políticos apelam para os legisladores masculinos, etc.

Em situações de segregação sexual, a qualidade distintiva do temperamento culturalmente imposto torna-se muito viva. Isto é particularmente verdade em relação a essas organizações exclusivamente masculinas que a antropologia geralmente designa como casa dos homens. A casa dos homens é uma fortaleza de associações e emoções patriarcais. As casas dos homens nas sociedades sem escrita fortalecem a experiência comunal masculina através de danças, conversas, hospitalidade, divertimentos e cerimônias religiosas. São ainda os arsenais do armamento masculino.

David Riesman assinalou que os desportos e algumas outras actividades proporcionam aos homens uma solidariedade encorajadora que a sociedade não se preocupa em proporcionar às mulheres (3). Ainda que a caça, a política, a religião e o

(3) David Riesman — «Two Generations», in *The Woman in America*, editado por Robert Lytton, Beacon, Boston, 1967. Ver também James Coleman — *The Adolescent Society*.

comércio possam desempenhar um papel importante, o desporto e a guerra são coerentemente o principal cimento da camaradagem da casa dos homens. Os estudiosos da cultura da casa dos homens, desde Hutton Webster e Heinrich Schurtz a Lionel Tiger, tendem a ser patriotas sexuais cujo objectivo é justificar a segregação que a instituição representa (1). Schurtz cre que um sentimento gregário inato e um impulso para o prazer fraternal entre camaradas obriga o macho a afastar-se da companhia inferior e sufocante das mulheres. Não obstante a sua convicção de que existe nos machos um «instinto de domínio» místico, Tiger exorta os leitores a preservarem da sua decadência, por meio de um esforço organizado, a tradição da casa dos homens. A função menos inofensiva de centro de poder da instituição, dentro de um estado de antagonismo sexual, é um aspecto do fenómeno que muitas vezes passa despercebido.

A casa dos homens da Melanésia satisfaz uma variedade de objectivos e é simultaneamente o arsenal de armamento e o local da cerimónia da iniciação ritual masculina. A sua atmosfera não anda muito longe da das instituições militares no mundo moderno: exalam um cheiro a esforços físicos, a violência, a destruição, e sente-se a pulsação do sentimento homossexual. Há cenas de escarificação, celebrações com troféus constituídos pelas cabeças dos inimigos e sessões de gabarolice. Na casa dos homens, os jovens devem ser «fortalecidos» na virilidade. Os rapazes têm um estatuto tão inferior que são frequentemente denominados as «esposas»

(1) Heinrich Schurtz — *Altersklassen und Männerbünde*, Berlin, 1902, e Lionel Tiger — *Op. cit.*

dos seus iniciadores, implicando o termo «esposas» quer a sua inferioridade quer o seu estatuto de objecto sexual. Os adolescentes inexperientes tornam-se o objecto de interesse dos mais velhos e superiores, relação que também se verifica na ordem dos samurais, nos sacerdotes orientais e no ginásio grego. A sabedoria das civilizações sem escrita insinua que ao inculcar nos adolescentes o espírito característico masculino é necessário intimidá-los primeiro com o estatuto protector das fêmeas. Um comentário de um antropólogo sobre as casas dos homens na Melanésia é igualmente aplicável ao submundo de Genet ou ao Exército dos Estados Unidos de Maier: «Dir-se-ia que a brutalização sexual do adolescente e o esforço para o transformar em mulher aumentam o desejo de poder do guerreiro mais velho, satisfazem o seu sentido de hostilidade para com o concorrente macho em vias de amadurecimento, e eventualmente, quando acontece levá-lo para o grupo dos machos, fortalece a solidariedade masculina na sua simbólica tentativa de passar sem as mulheres» (1). A derrogação do estatuto feminino nos machos inferiores é um traço patriarcal coerente. Como qualquer procedimento obscuro, a iniciação, uma vez suportada, produz fiéis que serão sempre posteriormente ardentes iniciadores, infligindo com alegria aos recém-vindos os seus próprios sofrimentos passados.

O termo psicanalítico para o estado de espírito generalizado do adolescente da cultura das casas dos homens é «estado fálico». Cidadelas de virilidade reforçam as características do sistema patriarcal mais obviamente orientadas no sentido do

(1) Hays — *The Dangerous Sex*, p. 56.

poder. O antropólogo psicanalista húngaro Géza Róheim acentuou o carácter patriarcal da organização das casas dos homens nas tribos primitivas que estudou, definindo as suas práticas comunitárias e religiosas em termos de um «grupo de homens reunido no culto de um objecto que é um pénis materializado e excluindo as mulheres da sua sociedade» (1). A tónica e o espírito característico da cultura das casas dos homens são sádicos, orientados no sentido do poder, e latentemente homossexuais, frequentemente narcisistas na sua energia e motivos (2). A dedução da casa dos homens de que o pénis é uma arma, infinitamente equiparada a outras armas, é também clara. A prática de castrar prisioneiros é em si mesma um comentário sobre a confusão cultural da anatomia e do estatuto com o armamento. Grande parte do fascínio da camaradagem masculina na guerra tem a sua origem no que podíamos designar como «sensibilidade das casas dos homens». Os seus aspectos sádicos e brutalizantes estão disfarçados sob a forma de glória militar e de uma espécie particularmente repugnante de sentimentalismo masculino. Uma grande parte da nossa cultura participa desta tradição, e podíamos assinalar a sua primeira manifestação

(1) Géza Róheim — «Psychoanalysis of Primitive Cultural Types», *International Journal of Psychoanalysis*, vol. XIII, Londres, 1932.

(2) Todos estes aspectos fazem apelo, em certa medida, ao meio boémio que as novelas de Miller projectam, ao exército, que nunca abandona o pensamento de Mailer, e à subcultura homossexual, sobre a qual se baseiam as observações de Genet. Dado que estes três assuntos do nosso estudo estão intimamente associados com a cultura separatista da casa dos homens, é conveniente prestar-lhe uma atenção especial.

na literatura ocidental na intimidade heróica entre Patroclo e Aquiles. O seu desenvolvimento pode ser acompanhado desde a epopeia e da saga até à canção de gesta. A tradição floresce ainda nos romances e filmes de guerra, para não mencionar as bandas desenhadas.

Nas casas dos homens tem lugar uma actividade sexual considerável; toda ela, desnecessário será dizer, homossexual. Mas o tabo contra o comportamento homossexual (pelo menos entre pessoas da mesma condição) é quase universalmente uma força muito mais poderosa que o impulso e tende a produzir uma transformação da libido em violência. Esta associação da sexualidade e da violência é um hábito mental particularmente militarista (3). A aparência negativa e militarista da homossexualidade destas casas dos homens de nenhum modo constitui, sem dúvida, o carácter total da sensibilidade homossexual. Na verdade, a casta espiritual do guerreiro com a sua ultravirilidade é mais *incipientemente* homossexual, na sua orientação exclusivamente masculina, que *abertamente* homossexual. (A experiência nazi é um caso extremo a assinalar.) E as actividades heterossexuais a que se entregavam, e, ainda de uma forma mais persuasiva, o desprezo com que eram tratados os membros mais jovens, mais delicados, ou mais «femininos», provam que a real característica de espírito é misógina, ou heterossexual de uma forma mais perversa que positiva. A verdadeira inspiração da associação das casas dos homens tem por conseguinte a sua origem mais na situação patriarcal que em quais-

(3) Genet demonstra este aspecto em *The Screens*; Mailer revela-o continuamente.

quer circunstâncias inerentes à relação amorosa homossexual.

Se uma atitude positiva em relação ao amor homossexual não é inteiramente, na famosa máxima de Seignebos, a invenção do século, pode-se no entanto pretender que foi uma novidade. A maior parte dos sistemas patriarcais vai até ao ponto de excluir o amor como base de selecção da companheira. Os sistemas patriarcais modernos tendem a fazê-la através de factores de classe, étnicos e religiosos. O pensamento clássico ocidental teve sempre tendência a ver no amor heterossexual quer um golpe fatal de má sorte destinado a acabar em tragédia quer uma união indigna e embrutecedora com seres inferiores. A opinião medieval era bastante firme na sua convicção de que o amor era um pecado quando ligado ao sexo e que o sexo era um pecado se havia amor.

A sociedade primitiva põe em prática a sua misoginia em termos de tabo que se desenvolve em mitos explicativos. Nas culturas históricas, isto transformou-se em racionalizações relativas a política sexual, primeiro éticas, depois literárias e moderadamente científicas. O mito é, sem dúvida, um movimento adequado ao nível da propaganda, visto que frequentemente baseia os seus argumentos sobre a moral ou teorias das origens. Os dois mitos principais da cultura ocidental são o clássico conto da boceta de Pandora e a história bíblica da Queda. Em ambos os casos os conceitos primitivos da natureza maléfica da mulher atravessaram uma fase literária final para se transformarem em justificações éticas altamente influentes.

Pandora parece ser uma versão deturpada de uma deusa mediterrânea da fertilidade, visto que na *Teogonia* de Hesíodo é apresentada com uma coroa

de flores e um diadema no qual estão esculpidas todas as criaturas da terra e do mar⁽¹⁾. Hesíodo atribui-lhe a introdução da sexualidade, que vem até um fim à idade de ouro em que «as raças dos homens tinham vivido na terra livres de todos os males, livres do trabalho penoso e livres de toda a doença»⁽²⁾. Pandora foi a origem da «maldita raça de mulheres» — um flagelo com que os homens têm de viver⁽³⁾. A introdução do que se considera serem os males da condição humana masculina teve a sua origem no aparecimento da fêmea e da sexualidade, que se diz ser o seu único produto. Em *Os Trabalhos e os Dias*, Hesíodo discorre por teorizadamente sobre Pandora e o que ela representa — uma tentação perigosa, com «o espírito de uma cadela e uma natureza de ladra», cheia da crueldade do desejo e das paixões que esgotam o corpo», de «mentiras e palavras manhosas e uma alma falsa», uma armadilha enviada por Zeus para a «ruína dos homens»⁽⁴⁾.

O sistema patriarcal tem Deus do seu lado. Um dos seus mais eficazes agentes de *contrôle* é o carácter poderosamente activo das suas doutrinas quanto à natureza e origem da fêmea e à atribuição

(1) Sempre que nos é dado analisar a longa discussão dos antropólogos sobre as teorias patriarcais contra as teorias matriarcais das origens sociais, podemos detectar uma destituição das deusas da fertilidade e a sua substituição por divindades patriarcais num determinado período da cultura antiga.

(2) Hesíodo — *Os Trabalhos e os Dias*, tradução de Richmond Latimore, University of Michigan, 1959, p. 29.

(3) Hesíodo — *Teogonia*, tradução de Norman O. Brown, Liberal Arts Press, Indianapolis, 1953, p. 70.

(4) Hesíodo — *Os Trabalhos e os Dias*, frases dos versos 53-100. Algumas das expressões são da tradução de Latimore, outras da tradução de A. W. Mair, Oxford, 1908.

que lhe é exclusivamente feita dos perigos e males imputados à sexualidade. É interessante mencionar o exemplo grego: quando desejam exaltar a sexualidade celebram a fertilidade através do fato; quando desejam denegrir a sexualidade citam Pandora. A religião e a ética patriarcais tendem a juntar a fêmea e o sexo como se todo o fardo de responsabilidade e estigma de que revestem o sexo fosse devido exclusivamente aos erros da mulher. Deste modo, o sexo que é considerado impuro, culpado e debilitante é do domínio da fêmea, e a identidade do macho é preservada como tendo uma qualidade mais humana que sexual.

O mito de Pandora é um dos importantes arquétipos ocidentais que condenam a mulher através da sua sexualidade e explicam a sua posição como um castigo bem merecido pelo pecado original, sob cujas desgraçadas consequências a raça ainda hoje anda a penar. A moral entrou em cena, substituindo as simplicidades dos tabos e rituais. O veículo do mito mais sofisticado proporciona também explicações oficiais de história sexual. Na obra de Hesíodo, Zeus, uma figura de pai arbitrária e rancorosa, ao enviar o mal a Epimeteu sob a forma dos órgãos sexuais femininos, está na realidade a castigá-lo por conhecimentos e actividades heterossexuais adultas. Ao abrir a boceta (a vulva, ou hímen, a «caixa de Pandora), o macho satisfaz a sua curiosidade, mas só suporta a descoberta castigando-se às mãos do deus pai com a morte e as várias calamidades da vida futura depois do pecado. O traço patriarcal da rivalidade masculina segundo a idade ou estatuto, particularmente o caso do pai poderoso e do filho rival, está presente no mito, assim como o carácter maléfico ubíquo da fêmea.

O mito da Queda é uma versão altamente elaborada dos mesmos temas. Como mito central da imaginação judaico-cristã, e por consequência da nossa imediata herança cultural, é oportuno que avaliemos e reconheçamos o enorme poder que ainda hoje exerce sobre nós, mesmo numa era racionalista que já há muito deixou de acreditar literalmente no mito, embora mantenha intacta a sua aderência emocional^(*). Esta versão mítica da mulher como origem do sofrimento, conhecimento e pecado humanos é ainda hoje o fundamento dos comportamentos sexuais, porque representa o argumento mais decisivo da tradição patriarcal no Ocidente.

Os Israelitas viviam em permanente estado de guerra com os cultos de fertilidade dos seus vizinhos; estes últimos eram suficientemente sedutores para serem a origem da deserção constante, e a figura de Eva, como a de Pandora, apresenta vestígios de uma deusa da fertilidade vencida. Há algumas provas deste facto, provavelmente inconscientes, na passagem bíblica que anuncia, mesmo antes do início da narração da queda — «Adão deu o

(*) É impossível determinar até que ponto a nossa consciência está profundamente impregnada da lenda do Paraíso Terrestre e de que forma os seus padrões estão absolutamente instalados nos nossos hábitos mentais. Detectamo-los nos lugares mais inesperados, como, por exemplo, no filme *Blow-Up*, de Antonioni, para mencionar apenas um de muitos exemplos impressionantes. A acção do filme tem lugar num jardim idílico, carregado de tonalidades e sombras altamente sexuais, onde, incitada por um tentador com uma arma fálica, a mulher mais uma vez pratica em relação ao homem uma traição de morte. O fotógrafo que testemunha a cena reage como se estivesse simultaneamente em presença do conhecimento perdido da cena primitiva e do pecado original.

nome de Eva à sua mulher; porque ela era a mãe de todas as coisas vivas.» Devido ao facto da narrativa representar uma compilação de tradições orais diferentes, apresenta dois esquemas contrastórios para a criação de Eva, um em que ambos os sexos são criados ao mesmo tempo, e outro em que Eva é formada depois de Adão, uma reflexão tardia nascida da sua costela, exemplo peremptório de expropriação do macho da força da vida feita por um deus que criou o mundo sem as vantagens da ajuda feminina.

A história de Adão e Eva é, entre muitas outras coisas, uma narrativa sobre a forma como a humanidade inventou as relações sexuais. Existem muitas destas narrativas nos mitos e contos populares das sociedades primitivas. A maior parte impressiona-nos agora como histórias deliciosamente divertidas de inocentes primitivos que requerem uma boa dose de indicações preciosas para o poder imaginar. Há outros temas principais na história: a perda da simplicidade primitiva, o aparecimento da morte e a primeira experiência consciente do conhecimento. Todos eles andam à volta do sexo. Adão recebe a proibição de comer do fruto da vida ou do conhecimento do bem e do mal, e a advertência enuncia explicitamente o que aconteceria se ele provasse este último: «no dia em que o comerdes morrerás seguramente». Adão come mas não morre (pelo menos na história), facto de que podíamos inferir que a serpente não disse a verdade.

Mas no momento em que Adão e Eva comem da árvore proibida, atentam na sua nudez e sentem-se envergonhados. A sexualidade está claramente implicada, embora a fábula insista em que é apenas tangencial a uma proibição superior contra a desobediência às ordens em matéria de um outro

peito menos controverso — o da alimentação. A fábula assinala que o verbo hebreu que significa «comer» pode também significar «coito». Por toda a parte na Bíblia «conhecer» é sinónimo de sexualidade, e claramente um produto de contacto com o sexo. É claro, objectivado na narrativa como uma serpente. Condenar os males e as penas da vida perdida do Paraíso e o resto — com base na sexualidade implicaria também logicamente o macho, e esta implicação não é, de longe, a finalidade da história, concebida como é expressamente com o objectivo de responsabilizar a mulher por todas as desgraças deste mundo. Por conseguinte, é a fêmea que é tentada em primeiro lugar e «seduzida» pelo pénis, transformado em serpente. Assim, Adão sofreu o golpe» da culpabilidade sexual, o que parece ser a razão por que as motivações sexuais são tão reprimidas na narrativa bíblica. Contudo, a própria transparência do valor fálico universal da serpente mostra-nos como o espírito mítico pode ser incerto em relação aos seus próprios expedientes. Em conformidade, na sua inferioridade e vulnerabilidade a mulher apanha e come, simples coisa carnal que é, sensível à adulação mesmo num réptil. É somente depois que o homem cai e, com ele, a humanidade — porque a fábula fez dele o tipo racial por excelência, enquanto Eva é um mero tipo sexual e, de acordo com a tradição, perecível e substituível. E, tal como o mito narra a aventura sexual original, Adão foi seduzido pela mulher, que foi cativada por um pénis. «A mulher que me deste por companhia deu-me o fruto e eu comi-o» é a defesa do primeiro homem. Seduzida pela serpente fálica, Eva é responsável pela participação de Adão no sexo.

A maldição que pesa sobre Adão é trabalhada duramente com «o suor do seu rosto», isto é, o trabalho que o homem associa com a civilização. O Paraíso era um mundo de fantasia sem esforço ou actividade, que o aparecimento da fêmea com a sua sexualidade destruiu. A sentença de Eva é de natureza muito mais política e constitui uma lição perante «explicação» do seu estatuto inferior. «Dada à luz os teus filhos na dor. E o teu desejo portará ao teu marido. E ele exercerá sobre ti o seu poder.» Mais uma vez, como no mito de Pandora, a figura de um pai todo poderoso pune os seus filhos por heterossexualidade adulta. É fácil concordar com o comentário de Róheim sobre a atitude negativa que o mito adopta em relação à sexualidade: «A maturidade sexual é considerada como uma desgraça, algo que privou a humanidade de felicidade... a explicação do aparecimento da morte no mundo.»⁽¹⁾

O que precisa de ser sublinhado é a responsabilidade da fêmea, criatura marginal, por ocasionar este flagelo, e a justiça da sua condição corrupta como consequência do seu papel essencial neste pecado original. A conexão entre mulher, sexo e pecado constitui o padrão fundamental do pensamento patriarcal ocidental através dos tempos.

8. Aspectos psicológicos

Os aspectos do sistema patriarcal já descritos exercem, cada um deles, um determinado efeito

(1) Géza Róheim — «Eden», *Psychoanalytic Review*, vol. xxvii, Nova Iorque, 1940. Ver também Theodor Reik — *The Creation of Woman*, e a exposição de Hays — *Op. cit.*

sobre a psicologia de ambos os sexos. O seu principal resultado é a interiorização da ideologia patriarcal. Estatuto, temperamento e função são sistemas de valor com infinitas ramificações psicológicas para cada sexo. O casamento patriarcal e a família, com as suas posições definidas e a divisão do trabalho, desempenham na prática um importante papel. A posição económica superior do homem e a posição económica inferior da mulher têm também graves implicações. O fardo do sentimento de culpa ligado à sexualidade no sistema patriarcal é, de uma forma humilhante, atribuído à mulher, que é, culturalmente falando, considerada como culpada, ou como a parte mais culpada, em quase todas as ligações sexuais, sejam quais forem as circunstâncias atenuantes. Uma certa tendência para a coisificação da mulher faz dela muitas vezes mais um objecto sexual que uma pessoa. Isto é particularmente verdade se pensarmos que lhe são negados os direitos humanos através do seu estatuto de bem possuído. Mesmo quando este aspecto tem sido parcialmente corrigido, o efeito cumulativo da religião e dos costumes é ainda muito poderoso e tem consequências psicológicas enormes. A mulher está ainda privada de liberdade sexual e do *controlé* biológico sobre o seu próprio corpo através do culto da virgindade, da existência de um duplo padrão de comportamento, da prescrição contra o aborto, e, em muitos lugares, porque a contracepção não está física ou psiquicamente ao seu alcance.

A vigilância contínua que sobre elas se exerce tende a perpetuar o carácter infantil das mulheres mesmo em situações de educação superior. A mulher é continuamente obrigada a procurar a sobrevivência ou o progresso através da aprovação dos homens que detêm o poder. Pode fazê-lo quer por

meio de concessões quer por meio da troca de uma sexualidade por um apoio e um estatuto. Como a história da cultura patriarcal e as representações de si mesma a todos os níveis dos seus meios de comunicação culturais, passados e presentes, têm um efeito destruidor sobre a sua própria imagem, a mulher está habitualmente privada de todos, excepto as mais insignificantes, fontes de dignidade ou do respeito por si mesma. Em muitos estados patriarcais, a linguagem tal como a tradição cultural reservam a condição humana para o homem. Com as línguas indo-europeias trata-se de um hábito mental quase inelutável, porque, a despeito de todas as pretensões habituais de que «homens e «humanidades» são termos que se aplicam igualmente a ambos os sexos, é claro que, na prática, a aplicação geral favorece muito mais vezes o homem que a mulher como objecto, ou mesmo único objecto, de tais designações⁽¹⁾.

Quando em qualquer grupo de pessoas o ego está sujeito a estas versões odiosas de si mesmo através das convicções sociais, da ideologia e da tradição, o efeito é seguramente pernicioso. Se juntarmos a isto a depreciação persistente, embora com frequência subtil, que as mulheres sofrem diariamente através dos contactos pessoais, das impressões recolhidas de imagens e informações que lhes dizem respeito, e da discriminação em matéria de comportamento, emprego e educação que têm de

(1) As línguas exteriores ao grupo indo-europeu são bastante instrutivas. O japonês, por exemplo, tem uma palavra para designar homem (*otoko*), outra para mulher (*onna*) e uma terceira para designar ser humano (*ningen*). Seria tão impensável utilizar a primeira para designar a terceira como o seria utilizar a segunda.

superior, em nada nos deve surpreender que as mulheres desenvolvam características de grupo comuns aos que são vítimas de um estatuto minoritário e de uma existência marginal. Uma experiência brilhante realizada por Philip Goldberg prova o que toda a gente sabe: que tendo interiorizado a desconsideração que lhes é dispensada, as mulheres desprezam-se simultaneamente a si mesmas e às outras⁽¹⁾. Este teste simples consistiu em pedir a estudantes do sexo feminino que dessem a sua opinião sobre a ciência demonstrada num ensaio assinado alternativamente por um John Mckay e uma Joan Mckay. Nas suas análises, as estudantes concordaram geralmente que John era um pensador notável e Joan uma inteligência superficial. Contudo, os artigos eram idênticos: a reacção estava dependente do sexo do suposto autor.

Como as mulheres no sistema patriarcal são, na sua maior parte, cidadãos marginais, quando o são, a sua situação é semelhante à de outras minorias aqui definidas não como dependentes do tamanho numérico do grupo mas do seu estatuto. «Um grupo minoritário é qualquer grupo de pessoas que, devido às suas características físicas ou culturais, são distinguidas dos outros na sociedade em que vivem por um tratamento diferenciador e desigual»⁽²⁾. Apenas alguns sociólogos se dedicaram à

(1) Philip Goldberg — «Are Women Prejudiced against Women?», *Transaction*, Abril de 1968.

(2) Louis Wirth — «Problems of Minority Groups», in *The Science of Man in the World Crisis*, ed. por Ralph Linton, Appleton, Nova Iorque, 1945, p. 347. Wirth estipula também que o grupo se considera a si mesmo como objecto de discriminação. É interessante que muitas mulheres não se reconheçam como objectos de discriminação; não se poderia encontrar melhor prova da totalidade do seu condicionamento.

tarifa de analisar de uma maneira significativa o estatuto minoritário das mulheres⁽¹⁾. E a psicóloga tem ainda de produzir estudos pertinentes sobre o assunto das perturbações do ego na mulher que possam estar à altura do excelente trabalho já feito sobre os efeitos do racismo nos espíritos dos negros e colónias. A quantidade notavelmente reduzida de investigação moderna dedicada aos efeitos psicológicos e sociais da supremacia masculina sobre a mulher e sobre a cultura em geral atesta sobre a ignorância ou indiferença gerais de uma ciência social conservadora que considera o sistema patriarcal como sendo simultaneamente um *Machismo* e um estado natural.

A pouca literatura que as ciências sociais nos oferecem neste contexto confirma a presença nas mulheres dos traços próprios a um estatuto minoritário: ódio e recusa adentro do grupo, um desejo quer por si mesma quer pelas suas companheiras — o resultado dessa repetição continua embora subtil da sua inferioridade que ela eventual-

(1) Os sociólogos em questão são os seguintes: Helen Mayer Hacker — «Women as a Minority Group», *Social Forces*, vol. xxx, Outubro de 1951.

Gunnar Myrdal — *An American Dilemma*. O Apêndice 5 é uma comparação entre o estatuto da minoria negra e o estatuto minoritário das mulheres.

Everett C. Hughes — «Social Change and Status Protest: An Essay on the Marginal Man», *Phylon*, vol. x, 1949.

Joseph K. Folsom — *The Family and Democratic Society*, 1943.

Godwin Watson, «Psychological Aspects of Sex Roles», *Social Psychology, Issues and Insights*, Lippincott, Filadélfia, 1966.

mente aceita como um facto⁽¹⁾. Um outro índice do estatuto minoritário é a violência com que são julgados todos os membros de um grupo minoritário. O padrão duplo de comportamento é aplicado não só em casos de conduta sexual como também em outros contextos. Nos exemplos relativamente raros de crime cometido por uma mulher também: em muitos estados americanos uma mulher considerada culpada de crime é punida com uma sentença maior⁽²⁾. Geralmente uma mulher acusada atinge uma notoriedade desproporcionada em relação aos actos cometidos e, devido à publicidade sensacionalista, pode ser julgada em grande parte pela sua «vida sexual». Mas o condicionamento feminino no sentido da passividade é tão eficaz no sistema patriarcal que a mulher raramente é suficientemente extrovertida na sua deficiência adaptativa social para seguir a via da criminalidade. Tal como todos os membros de uma minoria devem quer pedir desculpa pelos excessos de um companheiro quer condená-lo com um entusiasmo estridente, também as mulheres são caracteristicamente duras, impiedosas e medrosas na sua censura das aberrações existentes entre as suas companheiras.

A suspeita angustiante que aflige qualquer mem-

(1) As minhas observações sobre o estatuto minoritário das mulheres são recolhidas e resumidas de todos os artigos mencionados, e sinto-me particularmente grata a uma crítica perfeita que sobre elas foi exercida num trabalho não publicado pela Prof. Marlene Dixon, antigamente do Departamento de Sociologia e da Comissão sobre o Desenvolvimento Humano da Universidade de Chicago, actualmente da Universidade McGill.

(2) Ver *The Commonwealth v. Daniels*, 37 L. W. 2064, Supreme Court, Pensilvânia, 7 de Janeiro de 1968.

bro de uma minoria de que os mitos propostos sobre a sua inferioridade possam no fim de contas ser verdadeiros atinge frequentemente propósitos notáveis nas inseguranças pessoais das mulheres. Algumas acham a sua posição de dependência tão difícil de suportar que reprimem e deminuem a existência concreta de tal facto. Mas uma grande parte reconhecerá e admitirá as suas circunstâncias se elas forem adequadamente formuladas. De dois estudos em que se perguntava às mulheres se tinham preferido ter nascido homens, num avertimento que um quarto da amostra o admitia, e na outra amostra metade (1). Quando se pergunta às crianças, que ainda não desenvolveram determinadas técnicas de iludir uma questão, o que escolheriam se pudessem, as respostas das crianças do sexo feminino favorecem claramente, numa grande maioria de casos, o nascimento no grupo privilegiado, enquanto os rapazes rejeitam decisivamente a opção de serem raparigas (2). O fenómeno da preferência pré-natal dos pais por um filho é demasiado comum para exigir muita reflexão. A luz da iminente possibilidade de os pais escolherem realmente o sexo dos seus filhos, esta tendência está a ser objecto de alguma inquietação nos círculos científicos (3).

(1) Ver Helen Hacker — *Op. cit.*, e Carolyn Bird — *Op. cit.*

(2) Um estudo efectuado com alunos da quarta classe mostrou que as raparigas que desejariam poder ter sido rapazes eram dez vezes mais que os rapazes que escolheriam ser raparigas. Watson — *Op. cit.*, p. 477.

(3) Amitai Etzioni — «Sex Control, Science and Society», *Science*, Setembro de 1968, pp. 1107-1112.

Comparações como as que Myrdal, Hacker e Dixon estabeleceram entre os atributos imputados aos negros e às mulheres revelaram que o senso comum associa em ambos os mesmos traços: inteligência inferior, uma satisfação dos instintos ou dos sentidos, uma natureza emocional simultaneamente primitiva e infantil, uma imaginária capacidade ou conformidade de carácter para a sexualidade, um contentamento com a sua própria sorte que é uma prova da sua justeza, um hábito astucioso de mentir e dissimulação dos sentimentos. Ambos os grupos são obrigados à mesma tática de adaptação: atitudes insinuantes ou humildes inventadas para agradar, uma tendência para analisar os pontos em que o grupo dominante é sujeito à influência ou corrupção e um ar simulado de fraqueza, implicando fallos e apelos à orientação através de uma aparência de ignorância (1). Tem uma certa ironia pensar como a literatura misógina se concentrou durante séculos precisamente sobre estes traços, orientando a sua mais violenta hostilidade contra a corrupção e astúcia femininas e particularmente contra o seu elemento sexual ou «licencioso».

Como acontece com outros grupos marginais, é concedido a um certo número de mulheres um estatuto superior para que possam exercer uma espécie de policiamento cultural sobre o resto. Hughes fala da marginalidade como um caso de dilema de estatuto experimentado pelas mulheres, pelos negros ou por americanos da segunda geração que «subiram» na vida mas a quem é frequentemente recusada a recompensa dos seus esforços com base

(1) Myrdal — *Op. cit.*; Hacker — *Op. cit.*; Dixon — *Op. cit.*

nas suas origens (*). Este é particularmente o caso das mulheres «modernas» ou instruídas. Estas excepções são geralmente obrigadas a fazer declarações de deferência rituais e muitas vezes cómitas para justificar a sua elevação. Tais manifestações tomam caracteristicamente a forma de garantias de «feminilidade», nomeadamente um prazer na docilidade e um grande desejo de domínio masculino. É um traço comum ao estatuto minoritário que uma pequena percentagem de afortunados seja autorizada a divertir os seus governantes. As mulheres divertem, agradam, dão prazer, satisfazem e lisonjeiam os homens com a sua sexualidade. Na maior parte dos grupos minoritários permite-se que os atletas ou os intelectuais se salientem como «vedetas», com cuja identificação se deveriam contentar os seus camaradas menos afortunados. No caso das mulheres, ambas as eventualidades são desencorajadas com base no facto de que as explicações mais populares do estatuto inferior da mulher lhe atribuem fraqueza física ou inferioridade intelectual. Lógicamente, as demonstrações de coragem ou agilidade física são indecorosas, tal como qualquer manifestação de inteligência séria tende a ser deslocada.

Talvez a arma psicológica mais importante do sistema patriarcal seja simplesmente a sua universalidade e a sua longevidade. Quase não existe um termo de referência com o qual possa ser confrontado ou pelo qual possa ser refutado. Ainda que se possa dizer a mesma coisa do sistema de classes, o regime patriarcal apresenta um ponto de apoio ainda mais tenaz ou poderoso através do seu

(*) Hughes — *Op. cit.*

hábito bem sucedido de se fazer passar por profundamente natural. A ligação também é universal na sociedade humana e a escravidão quase o foi antigamente; os defensores de cada uma delas gostavam de argumentar em termos de fatalidade, ou «instinto» humano irrevogável — ou mesmo em termos de «origens biológicas». Quando um sistema de poder domina completamente o comando, quase não tem necessidade de se explicar ostensivamente; quando as suas obras estão à vista e em questão, não só fica sujeito a discussão como também a sofrer alterações.

Sexual Politics

(Ed. Doubleday, Nova Iorque, 1970)

Tradução de
Gléa da Conceição